

**UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA**

LEONARDO QUADRINO FERREIRA

**TURISMO E PATRIMÔNIO CULTURAL: ESTUDO DO
CENTRO HISTÓRICO DE ITU – SP**

LONDRINA

2014

LEONARDO QUADRINO FERREIRA

**TURISMO E PATRIMÔNIO CULTURAL: ESTUDO DO
CENTRO HISTÓRICO DE ITU – SP**

**Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
para obtenção do Grau de Geógrafo, no Curso de
Geografia da Universidade Estadual de Londrina,
UEL, com Linha de Pesquisa em Geografia do
Turismo.**

**Orientador(a): Dr. Maria del Carmen Matilde
Huertas Calvente**

LONDRINA

2014

LEONARDO QUADRINO FERREIRA

**TURISMO E PATRIMÔNIO CULTURAL: ESTUDO DO
CENTRO HISTÓRICO DE ITU – SP**

**Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
para obtenção do Grau de Geógrafo, no Curso de
Geografia da Universidade Estadual de Londrina,
UEL, com Linha de Pesquisa em Geografia do
Turismo.**

BANCA EXAMINADORA

**Prof. Dr. Maria del Carmen Matilde Huertas Calvente
Universidade Estadual de Londrina – UEL**

**Prof. Dr. Carlos Alberto Hirata
Universidade Estadual de Londrina – UEL**

**Prof. Me. Wladimir Cesar Fuscaldo
Universidade Estadual de Londrina – UEL**

Londrina, _____ de _____ de _____

Aos meus pais Adriano e Concilia
que acreditaram e tornaram possível
minha formação como Geógrafo.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço às duas pessoas que tornaram possível minha formação no curso de Geografia pela Universidade Estadual de Londrina – UEL, acreditando e incentivando sempre que precisei nas mais diversas formas, meus pais Adriano e Concilia. Sem vocês e sem a determinação em me ajudarem nestes anos todos (e quantos anos), isto tudo não teria sido possível. Agradeço do fundo de meu coração.

A minha querida irmã Carolina, que também ajudou com sábias palavras e conhecimento, me acalmando ao contar suas histórias de crises semelhantes durante a graduação, mesmo estando tão longe, mas sempre acreditando e incentivando da forma possível. Te amo Cá, e tenho muita saudades!

Minha orientadora Maria del Carmen, que da mesma forma acreditou no potencial de minha pesquisa, incentivando, direcionando, acalmando e me puxando a orelha para não me deixar desanimar com todas as dificuldades que tive ao escrever, sendo uma verdadeira orientadora a qual agradeço ter partilhado este tempo de estudo. Muito obrigado professora.

A minha família como um todo, principalmente os que me ajudaram de forma direta a buscar a conclusão do curso, incentivando e palpitando sábias palavras.

Aos meus amigos de Itu – Chris, Fernas, Guli, Murilão, Resis, Saxa, Gui, Panga, Tomaz e Vini – pelo apoio que me deram da forma possível que tiveram. Grandes parceiros de muitas histórias, os grandes Índios de 19 de abril de 2019.

A todos meus amigos e colegas ganhos na jornada da faculdade, como os quais tive o prazer de dividir um lar, cada um em sua época, sendo eles Pedrinho, Matheus, Juvenal, Aurélio, Aluísio, André, Renan, Bruninho, Preto, Vanessa, Carol, Clayt e Chris Peluqueiro, em diversas repúblicas, verdadeira vida que um universitário poderia querer para além das diversões, aprender junto de cada um neste tempo de partilha. Os amigos de Londrina que guardo no peito, Marília, Tales, Pinduca, Nati, Natinha, Alessandro, Raoni, Bru, Alex, Isis, Sorriso e Carol Reges. Aos amigos de pedal de cada final de semana, pois sem estes o estresse teria tomado conta da alma. E a todos os conhecidos e companheiros de bar, classe, projeto, universidade etc., vocês também são parte de minha formação.

Aos professores do curso que criei maior afinidade, sempre camaradas do jeito possível, Wladimir, Hirata, Osvaldo, Pinese e Edilson, assim como a secretária

Isabel, verdadeira “mãe” de todos os alunos do CCE, com seu trabalho formidável e preocupação com todos.

Ao Departamento de Geociências e toda sua equipe, pois todos estiveram presentes nas mais diversas formas do caminhar do curso.

E a minha companheira desde o segundo ano de curso, que não terá noção do agradecimento por escrito mas o entende por gestos, minha filhota Sofia, a qual foi minha maior válvula de escape em todos estes anos, pois o poder de um cachorro(a) sobre uma pessoa, a amizade oferecida deste singelo animal é maior do que muitos sentimentos que criamos nesta vida. Minha verdadeira flor de lótus.

Muito obrigado.

Um povo sem conhecimento, saliência de
seu passado histórico, origem e cultura,
é como uma árvore sem raízes.
(Bob Marley)

FERREIRA, Leonardo Quadrino. **Turismo e Patrimônio Cultural**: estudo do centro histórico de Itu – SP. Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em Geografia – Universidade Estadual de Londrina (UEL). Londrina – PR, 2014.

RESUMO

O turismo, proposto para a conservação do patrimônio histórico cultural, é tido como uma atividade econômica possível de ser desenvolvida no centro urbano, assim como no território em geral, do município de Itu – SP, evidenciando a compatibilidade desta conservação com a melhoria de qualidade de vida para a população local devido a aplicação mais adequada de exploração econômica. A aplicação correta da gestão urbana com a existência do patrimônio histórico cultural potencializa a economia da cidade e faz compreender a importância da manutenção do acervo cultural ali presente, elevando a prática do turismo como atividade sócioespacial viável.

Palavras-chave: Patrimônio Histórico Cultural; Gestão Urbana; Qualidade de vida; Conservação; Turismo; Itu – SP.

FERREIRA, Leonardo Quadrino. **Tourism and Cultural Heritage:** a study of the historical center of Itu – SP. Conclusion Work Undergraduate Program in Geography – Universidade Estadual de Londrina (UEL).Londrina – PR, 2014.

ABSTRACT

Tourism, proposed for the conservation of cultural heritage, is considered a possible economic activity to be developed in the urban center, and the territory in general, the city of Itu - SP, demonstrating the compatibility of conservation with improved quality of life for the local population due to better implementation of economic exploitation. The correct application of urban management with the existence of cultural heritage enhances the city's economy and does understand the importance of maintaining cultural heritage present there, raising the practice of tourism as a viable sociospatial activity.

Key words: Cultural Heritage, Urban Management, Quality of Life, Preservation, Tourism, Itu - SP.

LISTA DE FIGURAS

| | |
|--|----|
| Figura 1 – Igreja Matriz Nossa Senhora da Candelária em 1780 | 18 |
| Figura 2 – Fábrica São Luiz em 1869, a primeira fábrica de tecidos de algodão do município | 19 |
| Figura 3 – Quadro da Convenção Republicana realizada em Itu em 1873 | 20 |
| Figura 4 – Francisco Flaviano, o <i>Simplício</i> da televisão | 21 |
| Figura 5 – Monções do Sul | 36 |
| Figura 6 – Casa Imperial | 39 |
| Figura 7 – Cruzeiro de São Francisco | 40 |
| Figura 8 – Fábrica São Luiz | 41 |
| Figura 9 – Espaço Cultural “Almeida Júnior” | 42 |
| Figura 10 – Museu da Energia | 42 |
| Figura 11 – Museu Republicano “Convenção de Itu” | 42 |
| Figura 12 – Parte interna do Museu Republicano “Convenção de Itu” | 43 |
| Figura 13 – Instituto Borges de Artes e Ofícios (IBAO) | 43 |
| Figura 14 – Mercado Municipal | 44 |
| Figura 15 – Regimento Deodoro | 45 |
| Figura 16 – Igreja Matriz Nossa Senhora da Candelária | 46 |
| Figura 17 – Igreja do Bom Jesus | 46 |
| Figura 18 – Igreja N.S ^a . do Patrocínio | 47 |
| Figura 19 – Igreja Santa Rita | 47 |
| Figura 20 – Igreja Nossa Senhora do Carmo | 48 |
| Figura 21 – Tapetes de Corpus Christi | 48 |
| Figura 22 – Orelhão de Itu | 50 |
| Figura 23 – Semáforo de Itu | 50 |
| Figura 24 – <i>Souvenirs</i> de Itu | 50 |
| Figura 25 – Varvito de Itu | 52 |
| Figura 26 – Estrada Parque de Itu | 52 |
| Figura 27 – Centro de Educação e Pesquisa APA – Rio Tietê | 53 |

SUMÁRIO

| | |
|--|----|
| INTRODUÇÃO | 11 |
| 1 TURISMO E HISTÓRIA LOCAL | 13 |
| 1.1 TURISMO..... | 13 |
| 1.2 HISTÓRIA LOCAL..... | 18 |
| 1.3 TURISMO E CONSERVAÇÃO DE PATRIMÔNIO HISTÓRICO..... | 21 |
| 2 PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL | 23 |
| 2.1 PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL – CONCEITO..... | 23 |
| 2.2 A UTILIZAÇÃO DO PATRIMONIO HISTÓRICO E CULTURAL..... | 30 |
| 3 ESTÂNCIA TURÍSTICA DE ITU – SP | 34 |
| 3.1 HISTÓRIA E CARACTERÍSTICAS GEOGRÁFICAS DE ITU – SP..... | 34 |
| 3.2 ATRATIVOS DO MUNICÍPIO DE ITU – SP..... | 38 |
| 3.2.1 Os Atrativos Históricos..... | 39 |
| 3.2.2 Os Atrativos Religiosos..... | 45 |
| 3.2.3 O “Turismo dos Exageros”..... | 49 |
| 3.2.4 Os Atrativos Naturais..... | 51 |
| 3.3 SUGESTÕES PARA MELHORIA DO CENTRO URBANO PARA VISITAÇÃO..... | 53 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS | 56 |
| BIBLIOGRAFIA | 59 |

INTRODUÇÃO

Pautando na ideia de que todo trabalho possui um vínculo pessoal, a seguinte pesquisa relaciona-se com minha experiência de vida. Conheci o município de Itu – SP ao me mudar de São Paulo capital aos 14 anos de idade, onde dei continuidade aos estudos e ao viver. Diferentemente do que estava acostumado na capital, a liberdade de andar pela cidade com maior facilidade e segurança por se tratar de um município interiorano com menor tamanho, fez com que desde cedo me despertasse o interesse pelo patrimônio espalhado pelo centro histórico e por outros locais.

No primeiro ano morando em Itu meus pais faziam questão de andarmos por todos os pontos turísticos, urbanos ou não, para melhor conhecermos o local para onde tínhamos nos mudado. O crescer em contato direto com todo aquele acervo arquitetônico histórico fez com que logo reparasse que os mesmos sofriam ao longo dos anos uma considerável degradação devido diferentes intervenções, como reformas inadequadas, utilização imprópria etc., despertando o interesse em entender como aquilo poderia ser evitado. Com o passar do tempo, também fui reparando que, como uma cidade pequena, as opções de empregos eram limitadas em número e em diversidade, assim como as atividades econômicas ali existentes, se baseando principalmente em comércios tradicionais (lojas diversas, bares, restaurantes etc.), indústrias e humildemente na produção agropecuária.

Assim, o trabalho visa compreender o patrimônio histórico arquitetônico, além dos naturais, enquanto potencialidade para o desenvolver econômico e social do município, mas entendendo que este não é um trabalho com uma proposta definida de como utilizar o patrimônio e sim uma análise de como o planejamento urbano pode ser utilizado pela comunidade local para traçar rumos do uso deste patrimônio em benefício do desenvolvimento da economia municipal.

Tratando-se de um considerável número de imóveis que representam os séculos XVI, XVII e XVIII, além da peculiaridade da rocha varvito encontrada nas mediações do município, o patrimônio do município de Itu deve ser enxergado com maior interesse, devendo ser conservado ou preservado para os mais variados estudos e pesquisas, na qual somente com o mesclar da sua conservação com sua utilização, se poderá traçar melhores condições de vida para a população local, além de novas descobertas sobre este mesmo patrimônio rico em história que a cada momento são descoberta com o caminhar dos estudos. Trata-se de uma pesquisa

que foi despertada em conversas com amigos nos tempos de adolescência que também possuíam olhar sobre aquele patrimônio, trocando ideias de como buscar formas de contribuição para a criação de atividades voltadas ao crescimento econômico, conservação do centro histórico e desenvolver da atividade do turismo e excursionismo no município.

Este olhar criado desde os tempos da juventude somou com o estudo tido na graduação de Geografia pela Universidade Estadual de Londrina – UEL, no qual o gosto por estudar as relações do conservar juntamente com a atividade do turismo e excursionismo (possível de ser aplicado de uma melhor forma na cidade) tornou praticável o desenvolvimento deste trabalho. Coloco também que a falta de estudos e trabalhos a respeito do município e da cidade, na qual apenas algumas pesquisas históricas e ambientais são realizadas, mas nada direcionado ao planejamento urbano voltado à atividade do turismo, fez com que o interesse em realizar este estudo se tornasse maior.

Atualmente, a cidade se encontra estagnada economicamente, deixando seus moradores sem muitas opções econômicas para seu sustento, obrigando-os a se encaixarem nos tradicionais serviços ou então deixarem o município para trabalharem, restando, como uma das poucas possibilidades de desenvolvimento e crescimento, a melhor utilização do acervo arquitetônico ali existente. Desta forma, com a utilização e a conservação do patrimônio histórico, pautada no planejamento urbano cabível ao município, cria-se a perspectiva de desenvolvimento sócioeconômico da população. Torna-se necessária a organização da ocupação urbana com a consequente utilização das edificações do centro histórico para que a cidade não entre em um processo de crescimento desordenado, descaracterizando seu patrimônio diante do crescimento econômico.

1 TURISMO E HISTÓRIA LOCAL

O capítulo irá abordar sobre a atividade do turismo e como esta pode trazer benefícios se regidas por uma boa gestão pela conservação do patrimônio histórico e cultural, mas não deixando de estudar os impactos entendidos como negativos, enfocando a história local do município de Itu – SP e seus atrativos e potencialidades para a prática, através da observação do autor, por exemplo, no centro histórico e cultural da cidade.

O entendimento do turismo cabível no território em que se pretende aplicá-lo traz uma forma alternativa de movimentação econômica para o local, utilizando-se do já existente para poder acontecer.

1.1 TURISMO

O turismo pode ser entendido como uma atividade que se pratica ao se locomover de seu espaço cotidiano para outro movido por alguma força como o lazer, descanso, busca de uma nova paisagem etc., saindo temporariamente de sua rotina em um período acima de 24 horas, conforme classificação da Organização Mundial do Turismo – OMT, possibilitando a existência de novas experiências buscadas pelo(a) viajante. Cruz (2003, p. 4) ressalta ao escrever que,

Segundo essa organização (OMT), o turismo é uma modalidade de deslocamento espacial, que envolve a utilização de algum meio de transporte e ao menos uma pernoite no destino; esse deslocamento pode ser motivado pelas mais diversas razões, como lazer, negócios, congressos, saúde e outros motivos, desde que não correspondam a formas de remuneração direta.

Beni (2000, p. 34) também firma este conceito em seus estudos, classificando e distinguindo os viajantes em duas categorias básicas, intitulando-os de “turista” e “excursionista” conforme podemos ver abaixo:

Turistas – visitantes temporários que permaneçam pelo menos vinte e quatro horas no país visitado, cuja finalidade de viagem pode ser classificada sob um dos seguintes tópicos: lazer (recreação, férias, saúde, estudo, religião e esporte), negócios, família, missões e conferências;

Excursionistas – visitantes temporários que permaneçam menos de vinte e quatro horas no país visitado.

Estas definições do turismo acabam por serem flexíveis ao serem estudadas, fazendo com que a Organização Mundial do Turismo (OMT) coloque certas características para serem utilizadas como base, sendo estas evidenciadas conforme Masina (2002, p. 16) explica ao enumerá-las:

- [...] 1. introduz alguns elementos motivadores do turismo como o ócio, negócios e outros;
- 2. o período de tempo é limitado a um ano, período bastante amplo, considerando que a maioria dos vistos de permanência concedidos por países são de três meses ou, em alguns casos, apenas trinta dias;
- 3. limita a atividade desenvolvida durante o período de permanência, como por exemplo, descartando viagens com fins financeiros (*à trabalho*);
- 4. estabelece que a atividade turística seja realizada fora da área geográfica de residência habitual.

Foi em 1874 a fundação da primeira empresa voltada ao turismo, sendo seu fundador o inglês Thomas Cook que promovia viagens de trens pela Inglaterra desde 1841, que se juntou a outro praticante pioneiro do turismo, William Cody, este provedor de caçadas pelo território. A união destes trouxe o início da prática de negociações financeiras para o tempo de lazer com viagens (SANTANA, 2009). Neste início, o desenvolvimento do turismo contava com uma clientela com alta renda e que possuía tempo de dedicação ao lazer. Isso veio acontecer no século XIX, juntamente ao acelerado processo de industrialização e o desenvolvimento de companhias de transporte.

Entende-se então que a prática do turismo surgiu através da necessidade do “lazer” em meio a urbanização e industrialização da sociedade como fuga da população para que estas possam suportar o cotidiano, mesmo que o turismo não tenha alcance a todas as faixas sociais e econômicas na forma de usufruto do lazer. Mas, o turismo traz consigo maiores atividades ao município que apresenta potencialidades turísticas, fazendo com que haja a inserção da população em geral, até as tidas como mais pobres, ao gerar renda com a exploração do turismo crescente em seu município/região, utilizando como exemplo possível e praticado na região de Itu a exploração do turismo em áreas rurais no âmbito de um turismo

alternativo, no qual uma população de baixa renda que mora em tais áreas tidas como rurais devido sua localização periférica adapte suas terras para receber turistas que buscam esta outra forma de praticar o turismo, criando *campings*, *pesque-pague* etc, ou então populações carentes que praticam o artesanato, entre outros, e os comercializam durante a atratividade de um público provindo por um outro turismo maior e mais organizado que esteja ocorrendo no município. Este crescimento do turismo no território busca uma movimentação alternativa da economia, trazendo melhor distribuição de renda que irá gerar melhorias socioespaciais.

Quando todas as pessoas têm asseguradas uma existência digna, um padrão de vida capaz de garantir a si e a sua família saúde, bem-estar, alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos, segurança, repouso e lazer, o desenvolvimento está atingindo a escala humana. E se esta realidade é experimentada em um lugar, ele estaria se desenvolvendo. (CORIOLANO, 2003a, p. 26 – 27)

“Sendo o turismo atividade essencialmente capitalista [...]” (CORIOLANO, 2003b, p. 165), mostra-se como um agente de transformação do espaço pelos deslocamentos populacionais gerados, movimentação financeira e adequação estrutural para atender o mesmo, contribuindo em maior parte (pois o turismo traz consigo e com o público praticante o aumento de lixo mal descartado, trânsito veicular e até de pedestres, poluição, desmatamento de locais naturais etc., sendo estes apenas exemplos possíveis), como na melhoria econômica de uma região, utilizando lugares e meios disponíveis, mas também trazendo malefícios em partes, pois muitas vezes concentra a renda e lucro além de trazer degradações ambientais e sociais gerados pelo aumento de pessoas que ali transitam, os chamados “turistas”. Matheus (2005, p. 3) firma esta ideia ao dizer que

O turismo é um agente modificador do espaço local, com características ambivalentes, já que ao mesmo tempo em que está gerando lucro, valorizando o espaço com a implementação de equipamentos de lazer e proporcionando oportunidades de novas relações, também vem se transformando em degradador ambiental e promotor de segregação sócio-espacial.

De qualquer forma, é uma prática socioeconômica que apresenta um setor crescente, gerando participantes diretamente ou indiretamente e movimentando os diversos setores produtivos, e por isto deve ser pensado e organizado para o melhor aproveitamento na construção ou melhoramento da infraestrutura exigida, fazendo com que haja uma atividade rentável sem muitas consequências negativas ao meio. O quadro (Quadro 1) a seguir ilustra a participação dos grupos que influenciam ou que são influenciados pelo turismo:

Quadro 1 - Os atores do sistema turístico

| SISTEMA TURÍSTICO | | |
|------------------------------|--|---|
| PARTICIPANTES DIRETOS | | PARTICIPANTES INDIRETOS |
| Sociedade de origem | Agentes de viagem | Rede social do turista |
| | Empresariado do setor | Empresariado de outros setores |
| | | Estado |
| | Trabalhadores do setor | Organizações não governamentais |
| Turistas potenciais | | |
| Destino | População residente na área de destino (locais e estrangeiros) | Organizações não governamentais |
| | Políticos e gestores públicos | Políticos e gestores públicos |
| | Trabalhadores do setor – forâneos | Agentes de comércio (provedores de destino) |
| | Empresariado estrangeiro | Estado |
| | Trabalhadores do setor – locais | População residente do entorno do destino |
| | Empresariado local | |
| | Turistas | |

Fonte: Santana (2009)

Movimentando um mercado consumidor e podendo então refletir sobre a renda da cidade, o turismo faz com que haja adaptações no local onde é aplicado, pois para seu funcionar o sistema turístico necessita investimentos, como pode-se ver no quadro acima, no qual se percebe que há quatro vezes explanado o

“empresariado”, evidenciando que este sistema demanda realmente de investimentos, sendo um mercado em ascensão no capitalismo e que de forma ideológica irá trabalhar o lazer como um elemento de restauração mental, físico e cultural.

Sua atividade, como dito, possui a capacidade de criar e transformar espaços valorizando o lugar pela adaptação de infraestrutura, sendo um transformador do território, pois as transformações evidenciadas por este, praticada pelo humano, traz ao local o chamado “lazer”, possibilitando a existência do turismo.

A paisagem torna-se um dos fatores fundamentais para sua prática devido à busca pelo novo, considerando esta a partir da descrição de Santos (1996, p. 61), no qual paisagem compreende “[...] tudo aquilo que nós vemos, o que nossa visão alcança[...]”. No entanto, o “ver” e o “perceber” serão diferenciados devido a forma de receber as informações do local por cada indivíduo através de seus cinco sentidos, no qual um atrativo pode não ser visto assim por todos, pois esta “[...] não é formada apenas de volumes, mas também de cores, movimentos, odores, sons etc [...]”, tomando assim “[...] escalas diferentes e assoma diversamente aos nossos olhos [...]” no qual “[...] a dimensão da paisagem é a dimensão da percepção, o que chega aos nossos sentidos.” (SANTOS, 1996, p. 61 – 62).

Como uma prática social, evidencia a relação dos praticantes do turismo e o lugar, criando um padrão cultural em âmbito mundial devido o meio técnico científico informacional, mas é relacionado ao setor econômico, entre outros, devido sua essência capitalista, transformando o lugar para poder acontecer.

O turismo é capaz de reorganizar sociedades inteiras para que ele possa acontecer [...] impõe sua lógica de organização dos espaços (a lógica do lazer) as lógicas preexistentes. Daí as transformações que se colocam nos territórios em função do turismo. (CRUZ, 2003, p. 25)

Assim, o turismo irá trazer a articulação dos elementos tornando possível a comercialização da paisagem, trazendo impactos positivos e negativos, no qual será analisado a falta de uma melhor articulação dos elementos do município de Itu – SP possibilitando a melhoria da turistificação do local e assim, possibilitando um melhor desenvolvimento socioespacial.

1.2 HISTÓRIA LOCAL

Itu – SP teve início com a criação de uma capela em homenagem a Nossa Senhora da Candelária (Figura 1), fundada pelo bandeirante Domingos Fernandes no dia 02 de fevereiro de 1610, fazendo com que hoje as estruturas construídas na época se tornem objetos ricos em história e cultura, estas potencialidades para a aplicação do turismo como exploração econômica e, por consequência, tal atividade acarreta na conservação dos mesmos.

Figura 1 – Igreja Matriz Nossa Senhora da Candelária em 1780

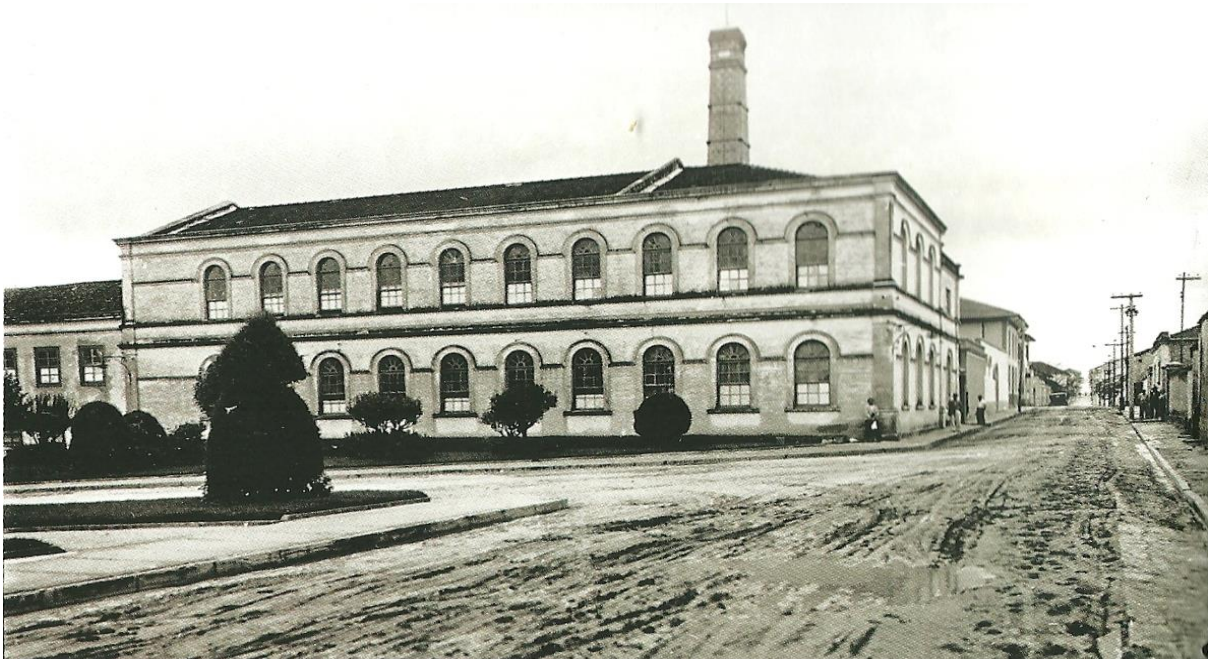


Fonte: Nardy Filho (1999)

Na época denominava-se Utu-Guaçu (cachoeira grande), tornando-se Itu apenas ao ser decretada município, em 1842, que significa apenas “cachoeira / queda d’água” na língua tupi-guarani devido a cachoeira existente no rio Tietê que cruza o território. O desenvolvimento econômico do município deu-lhe condição de maior produtora de cana de açúcar durante o Período Imperial, cultura extremamente importante para o município devido sua boa adaptação na época, mas com a decadência desta, seu verdadeiro destaque passou então a ser o ciclo do café, atividade base até 1935, o que viria atrair muitos imigrantes, em especial os italianos, devido a necessidade de mão de obra especializada, além de que a escravidão havia sido abolida. No ano de 1869 foi instalada a primeira fábrica de

tecidos de algodão (cultura que dividia os campos com a cana de açúcar), a fábrica São Luiz (Figura 2), atraindo posteriormente outras indústrias ao território, trazendo também um grande número de migrantes rurais que buscavam serviço nas cidades, pois encaravam a jornada de trabalho mais rentável do que no campo, além da demanda ofertada de empregos ao iniciarem às atividades nas novas indústrias (NARDY FILHO, 1999).

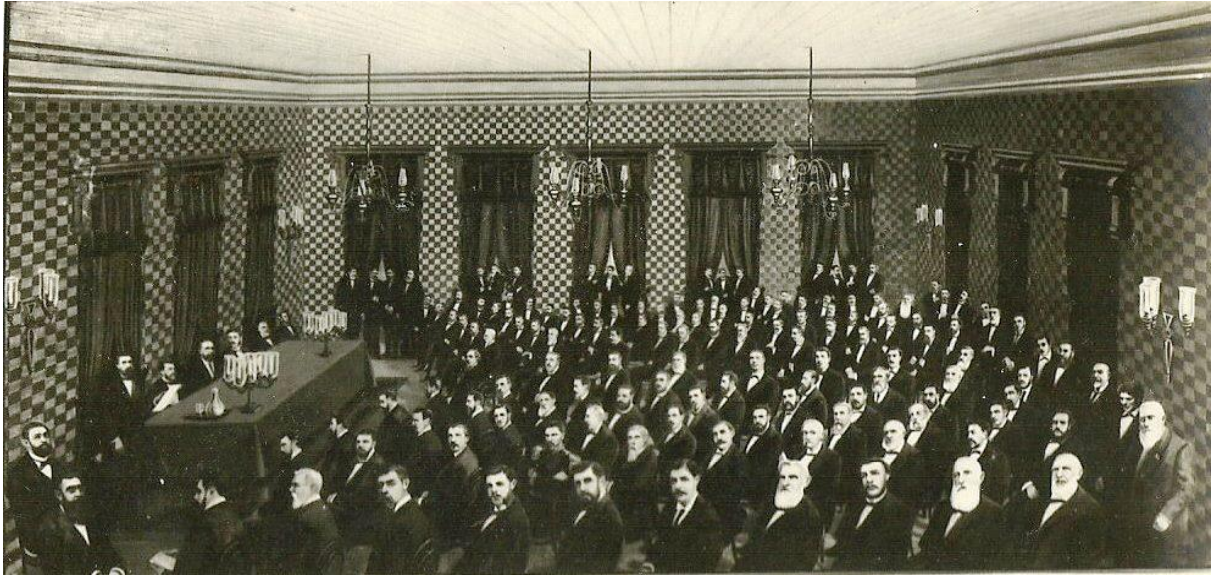
Figura 2 – Fábrica São Luiz em 1869, a primeira fábrica de tecidos de algodão do município



Fonte: Nardy Filho (1999)

A substituição da cana de açúcar pelo café teve início com a crise de 1860 sobre o açúcar, crise que posteriormente geraria o título de “Berço da República” ao município devido conflitos entre políticos e fazendeiros ituanos que originaria o Movimento Republicano responsável pela Primeira Convenção Republicana do país (Figura 3), resultando na criação do Partido Republicano Paulista.

Figura 3 – Quadro da Convenção Republicana realizada em Itu em 1873



Fonte: Nardy Filho (1999)

A cidade hoje apresenta um perfil misto, unindo comércio, indústrias, prestações de serviços e turismo. Seu grande potencial turístico se deve graças ao patrimônio histórico, cultural, religioso, arquitetônico – evidenciados nas figuras colocadas à cima, e também nas figuras e explanações do item 3.3 do trabalho – e ambientais – como exemplo a formação rochosa ocorrida na região há mais ou menos 280 milhões de anos, o Varvito (CAMPOS, 2002), que resultou na criação de um parque ecológico para sua conservação e estudos – sem contar o título como é conhecido, de “terra dos exageros”, devido o humorista ituano Francisco Flaviano (Figura 4), um homem que trabalhou em diversas profissões no município, mas seu gosto pela música fez com que batalhasse e chegasse a ser Secretário Municipal da Cultura e Turismo de Itu. Mesmo com tal cargo, seu gosto pela vida artística o incentivou a ir embora do município com um grupo circense, iniciando sua vida em São Paulo – SP, onde posteriormente começou a trabalhar em programas humorísticos na rádio e então, teve início de sua carreira na televisão no programa *A praça da alegria*, da Tv Tupi. Quando formada a Rede Globo, Francisco perpetuou sua reputação com o personagem que contava histórias de forma exagerada sobre o município de sua origem, Itu, passando a ser conhecido como *Simplício*, apelido dado por ele mesmo por se julgar uma pessoa extremamente simples (MACRUZ, 2012).

Figura 4 – Francisco Flaviano, o *Simplício* da televisão



Fonte: Macruz (2012)

1.3 TURISMO E CONSERVAÇÃO DE PATRIMÔNIO HISTÓRICO

O turismo, sendo uma fonte geradora econômica, serve como uma possível manobra de conservação da paisagem em questão, protegendo patrimônio edificados da cidade de Iту devido sua forma de exploração da paisagem que difere de outras atividades “convencionais”, pois consegue utilizar-se do existente e assim não necessitando a alteração do centro histórico para a adaptação de novos comércios. O oferecimento de uma estrutura turística, como infraestrutura, serviços especializados e atrativos, fazem com que o planejamento (no caso urbano) tornem concreto o que já existe em potencial para o funcionamento da atividade, trazendo deslocamentos de pessoas que se sentem atraídas pela oferta, e estas trarão o movimento financeiro para a cidade ao usufruírem do potencial oferecido.

Esta ampliação da forma exploratória praticada no município ajuda a economia local a não sofrer uma estagnação, pois irá funcionar diferentemente das formas exploratórias “convencionais”, como a indústria e o comércio urbano, funcionando, por exemplo, em maior escala em épocas que os outros tipos de comércios tendem a estagnar, como épocas festivas, feriados etc., e também abrangendo melhor o lugar, pois atenderá diretamente a economia da população do município ao atrair os chamados turistas e excursionistas que ali “gastarão” seu

dinheiro. Então, deve-se ser pensado no desenvolvimento pautado nos potenciais existentes e na população local, pois

Se a maioria da população não puder participar livremente da gestão dos recursos socioespaciais de seu município, o turismo (e outras atividades) dificilmente corresponderão às suas expectativas e casarão com seus interesses; dificilmente, portanto, o turismo tenderá a trazer desenvolvimento socioespacial duradouro. (SOUZA, 2002, p. 21)

Tendo o município de Itu necessidades únicas, assim como cada lugar possui sua necessidade exclusiva, o melhoramento da exploração do cenário deve ser pensado com base local, pois o desenvolvimento socioespacial condiz com as necessidades específicas daquele ponto, “Não se pode querer importar modelos de soluções, tentar inserir no local soluções que funcionaram externamente, pois estas só se fizeram verdadeiras em outro lugar que também possui características únicas.” (MARTINS, 2008, p. 5), e então, somente com este olhar sobre tais necessidades exclusivas poderá atingir-se o esperado desenvolvimento, sendo no caso estudado a melhor exploração da infraestrutura existente e datada de séculos como XVI, XVII e XVIII, e não somente o novo título turístico que o município conquistou em tempos mais recentes provinda do ator Francisco Flaviano, o *Simplício* da televisão, que concedeu o apelido de “terra dos exageros” a Itu. Para o entendimento destas necessidades que o lugar exige necessita-se pautar-se, principalmente, com discussões a respeito junto com a população local, ouvindo suas exigências.

A partir deste entendimento conquista-se a possibilidade da atuação do turismo como explorador econômico das estruturas ainda existentes no centro histórico, sua gesta atuando juntamente com a população local segundo suas necessidades para que se promova o desenvolvimento socioespacial.

2 PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL

Considerando que o patrimônio histórico e cultural são elementos chave neste trabalho, torna-se necessário entender seu conceito, percebendo que as antigas formas urbanas podem viabilizar o enxergar da história de uma sociedade através desta velha paisagem que ainda encontra-se presente nos dias de hoje, focando o traçado urbano de Itu – SP, considerando também tudo aquilo que diz respeito a cultura de um povo, sendo esta percepção compreendida pela ação, memória e pelos bens materiais e imateriais que evidenciam a identidade destes.

Desta forma há de se constatar que o patrimônio histórico e cultural é formado por bens com valores culturais que devem ser conservados para a compreensão do presente e conhecimento do passado, o que será visto neste capítulo.

2.1 PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL – CONCEITO

Ao estudar a origem do termo “patrimônio”, analisando primeiramente o sentido da palavra e sua formação, vê-se que esta possui certa semelhança com a concepção de monumento, tornando possível entender a relação do passado e presente que transmite, a respeito do qual Le Goff (1996, p. 535) explana que:

[...] a palavra latina *monumentum* remete para a raiz indo-européia *men*, que exprime uma das funções essenciais do espírito (*mens*), a memória (*memini*). O verbo *monere* significa 'fazer recordar', de onde 'avisar', 'iluminar', 'instruir'. O *monumentum* é um sinal do passado. Atendendo às suas origens filológicas, o monumento é tudo aquilo que pode evocar o passado, perpetuar a recordação, por exemplo, os atos escritos [...]

Choay (2006, p. 11) também relata que a variação do sentido de “patrimônio” associa-se “[...] às estruturas familiares, econômicas e jurídicas de uma sociedade estável, enraizada no espaço e no tempo [...]”. Porém, sua definição se altera segundo suas diferentes classificações que foram se adaptando, conforme a autora continua a explicar, pois “[...] Requalificada por diversos adjetivos (genético, natural, histórico etc.) [...]” a expressão do patrimônio tornou a ter “[...] um conceito nômade [...]”.

Para Kersten (2000), a expressão “patrimônio” refere-se a fatos que realmente aconteceram e que se transformaram em marcos que se impõem no presente, nos quais objetos, símbolos e mitos tradicionais tornaram-se partes integrantes do processo cotidiano de vidas do passado, envolvendo o homem e suas relações sociais.

A prática de conservação destes símbolos, construções etc., vem sendo realizada desde a Antiguidade Clássica, mas nesta época o que importava era a conservação do lugar e não do objeto, podendo existir alterações nas estruturas desde que fosse conservado o local. Essa prática existia pelo interesse do cristianismo em manter os locais tidos sagrados, fazendo com que este se transformasse em um agente de grande importância na elaboração do chamado patrimônio (MENICONI, 1998). Esta forma de conservar existiu até o século XIX, segundo o pensamento ocidental. Os elementos na época possuíam uma relação exclusivamente decorativa e não de valor histórico, como passou a ocorrer durante o século XIX até o presente. Entretanto, o patrimônio cultural das antigas cidades, por exemplo, foram praticamente eliminados por batalhas ocorridas e pela necessidade de alterar símbolos de épocas e regimes ultrapassados, como também para a produção de uma melhoria na mobilidade urbana, no qual desde a Antiga Roma os papas que pregavam a conservação dos monumentos os demoliam em favor da reurbanização (CHOAY, 2006).

Essa ambivalência dos papas, que se assemelha a uma duplicidade, anuncia uma dimensão importante do discurso ocidental sobre a conservação e proteção patrimoniais em geral, e a dos monumentos históricos e das antiguidades em particular. Quer se baseie na razão, quer no sentimento, esse discurso geralmente se transformará na consciência tranquila do demolidor e na justificação da demolição. Ligando a noção de antiguidade à de sua preservação, e excluindo assim o conceito de destruição, os papas e seus conselheiros criam uma proteção ideal, cuja natureza puramente descritiva, serve para mascarar e autoriza a destruição real, no nível de ação, dessas mesmas antiguidades. (CHOAY, 2006, p. 58)

A autora irá então apontar que o patrimônio, na Idade Média, era ligado a literatura e a sensibilidade, possuindo um sentido mais romantizado tanto pela Igreja quanto pelos intelectuais humanistas que veneravam as construções históricas da Antiguidade. Porém, será entre os séculos XVII e XVIII que irá se adquirir melhor noção de “antiguidade” através de antiquários, eruditos e colecionadores que

percorrem diferentes regiões e territórios em busca de objetos que possuíssem algum valor simbólico (CHOAY, 2006). Entretanto, ainda no século XIX vê-se que apenas algumas obras tinham caráter de serem conservadas, ligadas a uma ideia de bens patrimoniais edificados que se associavam diretamente a monumentos históricos específicos.

Ao longo de séculos, tem-se ampliada a noção de monumento histórico para patrimônio histórico, por fim, patrimônio cultural (que envolve uma gama de objetos, ritos e significados, nos dias de hoje). Passa-se de um reducionismo objetivo a uma abrangência focalizada; identifica-se, pouco a pouco, no pós-guerra, a valorização da noção de conjunto e a superação da noção de arquitetura como obra de arte independente e isolada, dada a disseminação das renovações urbanas que se processam no período; integra-se o centro histórico na dinâmica da cidade. Consideramos que a partir do espaço urbano, em sua totalidade, podemos decifrar o mundo contemporâneo e sua complexidade. Para apreendermos as dinâmicas urbanas contemporâneas, faz-se mister considerar a totalidade da cidade inserida em um contexto global [...]. (COSTA, 2009, p. 40)

Já no século XX, a questão do patrimônio e da conservação se desloca do monumento ao seu entorno, de seu entorno ao centro histórico e por fim, do centro histórico ao território, estabelecendo a conservação e a função dos monumentos e dos conjuntos urbanos denominando patrimônio urbano (MENICONI, 1998). A partir de então, a conservação das antigas cidades com valores históricos e artísticos passou a ser tratada no planejamento urbano, sendo revitalizadas com equipamentos urbanos atualizados e as inserindo no contexto de cidades modernas. Foi neste século apenas que a conservação cultural no Brasil começou a ser pensada com o Decreto-lei n.25, de 30 de novembro de 1937 que criou o Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), órgão que seria responsável pela conservação dos monumentos e obras relevantes à cultura nacional, determinando o tombamento como meio de conservação.

Inicialmente, podemos dizer que o tombamento é uma forma efetiva de tutela sobre o patrimônio, natural e cultural, fundamentado no Poder de Polícia, que constituiu-se na faculdade discricionária do Poder Público de restrição e condicionamento ao uso e gozo (não ao domínio) dos direitos individuais, dentre eles a propriedade. (BRASILEIRO, 2001, p. 121)

Através do tombamento é que os bens patrimoniais poderão comprovar um determinado passado histórico, sofrendo modificações em sua forma e sua função inicial, no qual serão sempre agregados a estas qualidades que até então não tinham sido identificadas. Portanto, percebe-se que o patrimônio é sujeito a uma outra concepção de espaço/tempo, sendo acrescentado à sua função novos significados que fazem com que pertençam ao passado, assim como ao presente, objetivando sua durabilidade.

Retirados de sua virtualidade e transformados em patrimônios visíveis e significativos, estes propiciam que uma determinada história seja recontada a partir de seus fragmentos, reafirmando seu valor testemunhal, dado por seu caráter monumental e/ou pelo tempo que a eles se incorporou. (KERSTEN, 2000, p. 49)

Nota-se então que é através do tombamento que as unidades (tombadas) passam a ter o significado de suas paisagens e de seu entorno alterados, podendo definir o tombamento como uma ferramenta de gestão e de planejamento urbano. Brasileiro (2001) coloca também que o tombamento é um instrumento de extrema importância para a conservação de patrimônio arquitetônico pelo poder público, mas acaba por ser o último recurso a ser utilizado pelo governo, pois retira do proprietário o direito de transformações na edificação tombada. Portanto, mesmo que seja uma importante ferramenta, o tombamento acaba por ser considerado um recurso extremo, sendo utilizado normalmente quando o imóvel se trata de uma obra ou local com forte atuação especulativa imobiliária, mas continua presente na Constituição Federal de 1988.

Com isto, o SPHAN se viu na necessidade de delimitar o que deve ou não ser conservado ou preservado, definindo que todo patrimônio cultural brasileiro deve ser conservado. Porém, partindo do ponto de vista que um bem cultural pode ser móvel ou imóvel, fazendo com que a definição do termo se tornasse extremamente ampla, o SPHAN viria definir patrimônio cultural como um

[...] conjunto de bens móveis e imóveis existentes no País e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, que por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico [...]. (LEMOS, 1981, p. 13)

Segundo Lemos (1981), o patrimônio histórico deve ser conservado de forma integral por ser composto de bens que fazem referência a um povo. A conservação de um bem se dá através do ato de resguardar sua identidade cultural, procurando manter os usos e os costumes populares. Dentro do conceito de patrimônio histórico, a cidade é um bem cultural do povo em constante transformação, e o autor propõe que, para conservar uma cidade deve-se manter também os homens (seus costumes) e suas relações.

A cidade deve ser encarada como um artefato que pulsa, que vive, que permanentemente se transforma, se autodevora e expande em novos tecidos recriados para atender a outras demandas sucessivas de programas em permanente renovação [...] o enfoque preservador de uma cidade não pode deter-se num artefato urbano isolado. Há de se perceber fundamentalmente as relações, algumas até necessárias, mantidas entre os bens culturais. Mormente as relações espaciais. (LEMOS, 1981, p. 47)

Portanto, ao analisar uma proposta de conservação de uma cidade, primeiramente há de ser considerado o traçado urbano para então trabalhar com as relações espaciais, devendo conservar o patrimônio histórico através da manutenção de sua funcionalidade, procurando manter sua originalidade, mas com uma função que condiz com o contexto vivido. Ao procurar trabalhar com a conservação de patrimônio histórico, deve-se cuidar da conscientização das pessoas para a valorização de sua cultura.

Assim, preservar não é só guardar uma coisa, um objeto, uma construção, um miolo histórico de uma grande cidade velha. Preservar também é gravar depoimentos, sons, músicas populares e eruditas. Preservar é manter vivos, mesmo que alterados, usos e costumes populares. É fazer também, levantamentos de qualquer natureza, de sítios variados, de cidades, de bairros, de quarteirões significativos dentro do contexto urbano. É fazer levantamentos de construções, especialmente aquelas condenadas ao desaparecimento decorrente da especulação imobiliária. (LEMOS, 1981, p. 29)

A adoção de práticas de conservação de patrimônio sem que haja um teor histórico torna esta sem sentido, pois o patrimônio é testemunho da história que deve funcionar como uma ferramenta pedagógica cultural que trará a história à população, firmando suas raízes. “Indivíduos não podem preservar e desenvolver sua identidade senão pela duração e pela memória.” (CHOAY, 2006, p. 112).

Kersten (2000) concorda com a autora Choay (2006) ao defender que a conservação de um patrimônio pode ser percebida como uma ação que preservará a memória, enxergando a história das antigas comunidades que ali passaram para então mudar o modo de pensar sobre as cidades.

A conservação e a revitalização dos centros históricos segundo Melo (1998), são recentes, como podemos ver mais amplamente com a publicação da Carta de Veneza em 1964 que se tornou uma referência no conceito de bem cultural:

Artigo 1º - A noção de monumento compreende não só a criação arquitetônica isolada, bem como o sítio urbano ou rural que dá testemunho de uma civilização particular, de uma evolução significativa ou de um acontecimento histórico. Estende-se não só às grandes criações mas também às obras modestas, que tenham adquirido uma significação cultural.

Artigo 2º - A conservação e a restauração dos monumentos consistem numa disciplina que reclama a colaboração de todas as ciências e técnicas que possam contribuir para o estudo e a salvaguarda do patrimônio monumental. (IPHAN, 2014a, p. 1 – 2)

A partir disto, os monumentos passaram a ser vistos de forma conjunta com o meio onde se encontra, reconhecendo estes como representantes das ações conjuntas do homem, figurando antigas culturas, colocando portanto que para entender o domínio patrimonial se deve compreender todo o aglomerado de edificações e a malha urbana.

No Brasil, o decreto da Constituição de 1988 e a crescente democracia dos anos de 1990 fez com que a reger do patrimônio histórico passasse para o município, no qual o texto publicado por esta constituição viria estabelecer que os municípios teriam a responsabilidade de monitorar o patrimônio local, levando em conta a legislação estadual e federal, incluindo sempre que possível a comunidade nas decisões tomadas. Porém, mesmo com este fortalecimento jurídico do poder público, o município ainda permaneceria sujeito as decisões da esfera federal (BRASILEIRO, 2001).

A respeito desta constatação, acreditamos que é exatamente esta esfera de poder o agente mais indicado – embora nem sempre o mais qualificado – para conduzir o processo de preservação de seu patrimônio cultural. A elaboração de políticas de preservação lideradas pelo Município (não excludentes da participação da União e do Estado) possibilita a eliminação das distorções criadas em função do caráter genérico dos instrumentos legais concernentes às

instâncias superiores, que desconsideram os aspectos locais no instante da preservação dos bens, gerando distanciamento da população na condução do mesmo processo. (BRASILEIRO, 2001, p. 119)

Ao trabalhar com o intuito de conservação, a propriedade então deve ser vista segundo sua função social para que sua utilização esteja condizente com o interesse coletivo.

A Constituição Federal de 1988, contribuiu consideravelmente com a formação de uma mentalidade empreendedora e visionária quanto as políticas de preservação que, contudo, ainda devem ser complementadas pela legislação ordinária, possibilitando sua efetivação. (BRASILEIRO, 2001, p. 121)

A não conservação dos centros históricos acabam por ocorrer devido, principalmente, à especulação imobiliária, ação puramente capitalista que altera a função destes, além de degradar ou destruir o centro fisicamente ou então socialmente.

[...] devemos tratar o centro histórico como um bem cultural inalienável, como um notável patrimônio econômico edificado que não pode ser desperdiçado de modo absurdo, nem abandonado, nem deixado nas mãos da especulação. Pelo contrário, deve ser conservado e recuperado para o uso social e, deste modo, evitar as transformações estruturais e funcionais que acontecem espontaneamente. (CERVELLATI; SCANNAVINI, 1979, p. 120)

Para Lemos (1981), os centros históricos são como bens econômicos que irão tratar de recursos que auxiliarão no desenvolvimento da comunidade local, no qual a conscientização das pessoas quanto a cultura popular se torna a primeira ferramenta a ser trabalhada para o implementar da conservação, pois a cidade passará a ser vista como um bem cultural do povo que está em constante transformação. Com o entender destas formas consolidadas no espaço e as transformações por quais estas passam será possível conhecer então a história da população e da cidade naquele local, como evidencia Melo (1998, p. 19) ao escrever que “Os edifícios públicos possuem seu valor semântico para a cidade, que permite sua leitura e a identificação de suas características sócio culturais.”

2.2 A UTILIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL

Cervellati e Scannavini (1979) escrevem que na ordenação do território devem-se considerar os núcleos antigos como parte de um sistema urbano integrado na qual a criação de atividades para o seu desenvolvimento devem se complementar, abdicando do senso econômico para beneficiar a igualdade social, pois o centro histórico representa algo além do bem cultural urbano que seria o bem econômico que deve ser conservado para ser utilizado como estrutura básica do território. Já para Lemos (1981) e Choay (2006), a utilização dos centros devem ser de forma precavida, pois todo monumento está inserido em um contexto histórico e urbano, possuindo uma função social no qual o Estado deve exigir ações de conservação e valorização do patrimônio para que não haja efeitos indesejáveis nestas obras.

A embalagem que se dá ao patrimônio histórico urbano tendo em vista seu consumo cultural, assim como o fato de ser alvo de investimentos do mercado imobiliário de prestígio, tende a excluir deles as populações locais ou não privilegiadas e, com elas, suas atividades tradicionais e modestamente cotidianas. (CHOAY, 2006, p. 226)

Por isso, deve-se tomar certo cuidado ao realizar projetos de reutilização de centros históricos para que não haja realocação de funções e pessoas com vista a grupos sociais não pertencentes daquele local. “Assim, a preservação deve ser vista como um processo de reapropriação de bens sociais pelos cidadãos, principalmente da qualidade de vida de que eles vem sendo sistematicamente expropriados” (MELO, 1998, p. 17).

A apropriação de um patrimônio como um empreendimento econômico deve seguir políticas de planejamento que não o utilize como forma de retratar passados históricos realizados por seus fundadores, onde tais lugares são transformados na representação de grupos étnicos dominantes de um dado período, como percebe-se na maioria dos locais do centro histórico de Itu, devendo adotar estratégias que valorizem o patrimônio como um todo que refletirá na história real e cotidiana da população com este patrimônio. Para Choay (2006, p. 215), o patrimônio passou a ser tratado como um espetáculo que sofre intervenções não apropriadas para sua conservação, colocando que “Esse artifício, cujo defeito não desprezível é suprimir o

peso da obra arquitetônica, revela outra dimensão do monumento, poética ou transcendente.”

Segundo Lemos (1981), o centro histórico é praticamente composto por bens referentes a um povo, devendo portanto ser conservado ou preservado em seu local original, se possível, para podermos compreender todas as relações existentes entre o homem e o meio em que este evoluiu. Porém, a malha urbana sofre constantes modernizações, preenchendo espaços vazios com novos elementos geralmente arquitetônicos, não respeitando a antiga malha e assim, alterando a história.

Melo (1998) então escreve que para a conservação de um centro histórico deve-se primeiramente considerar o traçado urbano para em seguida, analisar as relações espaciais existentes, entendendo a identidade cultural do local. O autor tem a ideia de que se deve conservar o bem patrimonial através da manutenção da utilidade deste, conseguindo assim utilizar o patrimônio constantemente, mas sempre voltando para tentativas de sua funcionalidade original. Portanto, afirma que o planejamento urbano e a conservação do patrimônio devem caminhar lado a lado, visando melhorias para a população.

Seja como objeto de fruição estética, seja como arma na luta pela qualidade de vida, os bens do patrimônio cultural não são apenas signos que nos revelam uma parte do passado, mas são também signos novos, que devem estar articulados com a linguagem contemporânea e abrigar as práticas sociais atuais. (MELO, 1998, p. 33)

Conciliando com as ideias de Melo (1998), a conservação de um patrimônio histórico urbano para Brasileiro (2001) deve estar colocada no plano diretor, procurando ordenar o crescimento urbanístico. O crescimento desordenado das cidades é uma das formas de deterioração do patrimônio arquitetônico, pois a prática capitalista impõe novas utilidades do solo urbano que trará melhor renda aos donos dos imóveis em questão que por muitas vezes cedem a esta melhoria, descartando a conservação. Com este planejamento que objetiva utilizar o patrimônio conciliando com a implementação de novas tecnologias, as áreas que devem ser conservadas passarão a sofrer intervenções que procuram mesclar o presente com o passado, conforme conta Choay (2006, p. 217)

Modernizar não é, nesse caso, dar impressão de novo, mas colocar no corpo dos velhos edifícios um implante regenerador. Dessa simbiose imposta, espera-se que o interesse suscitado pela obra do presente se reflita na obra antiga, dando origem, assim, a uma dialética.

Quando o patrimônio histórico de uma cidade se apresenta como um dos principais recursos, ela é transformada em produto cultural, sendo destinada a fins econômicos que beneficiam deste status histórico, como é o caso do município de Itu que é uma das estâncias turísticas do Estado de São Paulo.

A indústria patrimonial desenvolveu os recursos de embalagem que também permitem oferecer os centros e os bairros antigos como um produto para o consumo cultural. Estados e municípios a eles recorrem, de forma reservada e discreta ou abertamente em razão de suas opções sociais e políticas, mas sobretudo de acordo com sua natureza (dimensões, caráter, recursos) do produto a ser lançado e segundo a importância da relativa renda que se espera obter. (CHOAY, 2006, p. 224)

Outra atividade que vem se caracterizando com esta exploração da revitalização e conservação, a qual é alvo deste estudo, é o turismo. O turismo é uma prática altamente ligada a conservação e recuperação de patrimônio histórico e cultural, mas desde que aplicada com precaução, pois pode também se tornar uma atividade que vai contra os valores culturais daquele lugar caso, por exemplo, esteja mais comprometido com o financeiro do que com o cultural. O patrimônio histórico é cada vez mais valorizado pela indústria cultural, estando aberto ao desenvolvimento do turismo para sua exploração.

A metamorfose de seu valor de uso em valor econômico ocorre graças à 'engenharia cultural', vasto empreendimento público e privado, a serviço do qual trabalham grande número de animadores culturais, profissionais da comunicação, agentes de desenvolvimento, engenheiros, mediadores culturais. Sua tarefa consiste em explorar os monumentos por todos os meios, a fim de multiplicar indefinidamente o número de visitantes. (CHOAY, 2006, p. 211)

De qualquer forma, o patrimônio histórico, mesmo com a valorização devida ao turismo, continuam a serem destruídos pelas modernizações, restaurações ou outros. Choay (2006) explica que a valorização do patrimônio pode iludir a sociedade, pois normalmente são feitas reconstituições históricas fantasiosas – o

que ocorre e muito em toda a história brasileira – ou então restaurações não plausíveis, fazendo com que esta valorização se torne um instrumento banalizador do patrimônio.

Esta crescente valorização do patrimônio histórico contribui com o aumento do fluxo de visitantes nas áreas turísticas, porém, atuando como uma faca de dois gumes, acelera de forma considerável o ritmo de degradação destas mesmas áreas, fazendo com que o patrimônio ali encontrado perca sua autenticidade com o tempo.

A exploração do patrimônio histórico arquitetônico está, pois, fadada ao esgotamento, a menos que se reduzam os custos de manutenção e se regule o fluxo de seus visitantes. Mas, antes de considerar as medidas que permitiram controlar de forma efetiva a situação, é preciso se perguntar se a indústria patrimonial também, não tem efeitos secundários ou perversos sobre a relação do grande público com a herança arquitetônica. (CHOAY, 2006, p. 228)

Têm-se portanto que os centros históricos e os bairros antigos só poderão passar por um processo de revitalização se sua função for compatível com sua morfologia e suas dimensões.

Vimos os perigos que seu uso cultural e turístico implicam. Eles não resistem melhor à implantação de atividades terciárias maiores, que recriam, de forma secundária, as migrações diárias, o trânsito e o consumo que lhes corresponde, cujas exigências fizeram explodir a cidade pré-industrial no século XIX. Em contrapartida, esse patrimônio urbano suporta bem o uso residencial e a implementação de serviços de apoio (pequenas lojas, escolas, dispensários) a ele relacionados e que, desde que constituam a maioria, são compatíveis com um mínimo de atividades de pesquisa e de difusão do saber e da arte. Considerando sob esta perspectiva, centros e bairros antigos representam atualmente um recurso raro, objeto de uma demanda ao mesmo tempo social e societal. Com risco apenas de degradações superficiais, a satisfação dessa demanda favorece, da melhor forma, a causa da conservação estratégica do patrimônio urbano antigo. (CHOAY, 2006, p. 236 – 237)

Lemos (1981) irá explanar então que no Brasil se encontram diversas dificuldades para a conservação do patrimônio, pois o poder aquisitivo da população é baixo, e isto faz com que a conservação destas obras sejam indiferentes para a maioria dos cidadãos, como observado no centro histórico de Itu.

3 ESTÂNCIA TURÍSTICA DE ITU – SP

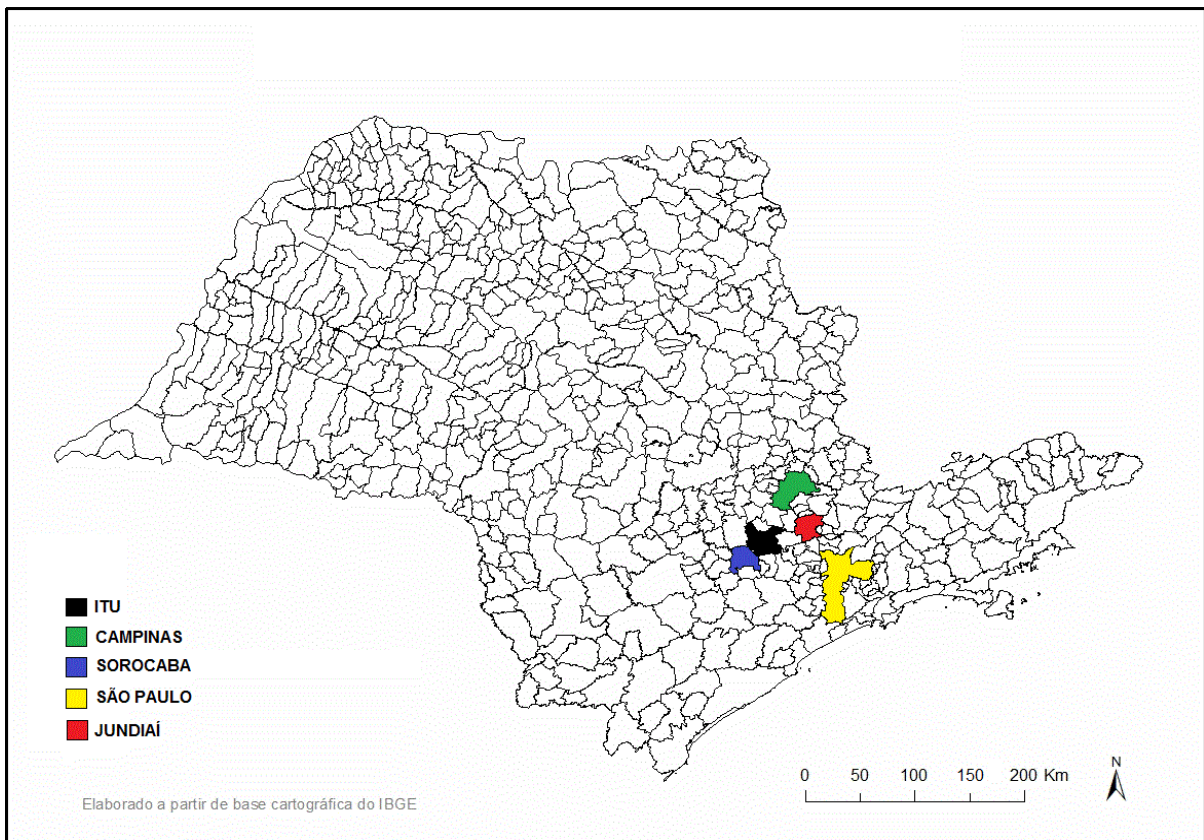
Após o entendimento da atividade do turismo e como esta se relaciona ao chamado patrimônio, seja este de qualquer natureza, ir-se-á observar um pouco da história do município de Itu, suas características geográficas, atrativos turísticos e potencialidades, referenciando através de fotografias e figuras.

A consciência de conservação do centro histórico, assim como seu acervo cultural, evidencia a importância de pensar a qualidade de vida para a população local segundo uma exploração adequada dos atrativos e potencialidades sem que haja alterações da planta e edificações. Com isto, o turismo e o excursionismo passarão a ser vistos como atividades econômicas que devem ser mais bem desenvolvidos pelo núcleo urbano relativamente conservado, conciliando esta conservação do patrimônio com a melhoria de condição de vida da população local.

3.1 HISTÓRIA E CARACTERÍSTICAS GEOGRÁFICAS DE ITU – SP

O município de Itu está localizado no interior do estado de São Paulo (mapa 1), à 102 quilômetros de distância da capital e a 583 metros de altitude do nível do mar (IBGE, 2014a), fazendo parte da sub-região de Sorocaba, estando em uma localização considerada privilegiada em relação à proximidade de importantes centros urbanos, como Sorocaba (35 quilômetros), Campinas (47 quilômetros), Jundiaí (49 quilômetros) e São Paulo (102 quilômetros).

Mapa 1 – Localização dos municípios de Itu, Campinas, Sorocaba, São paulo e Jundiaí.



Fonte: IBGE (2014b) – Organizador: o próprio autor

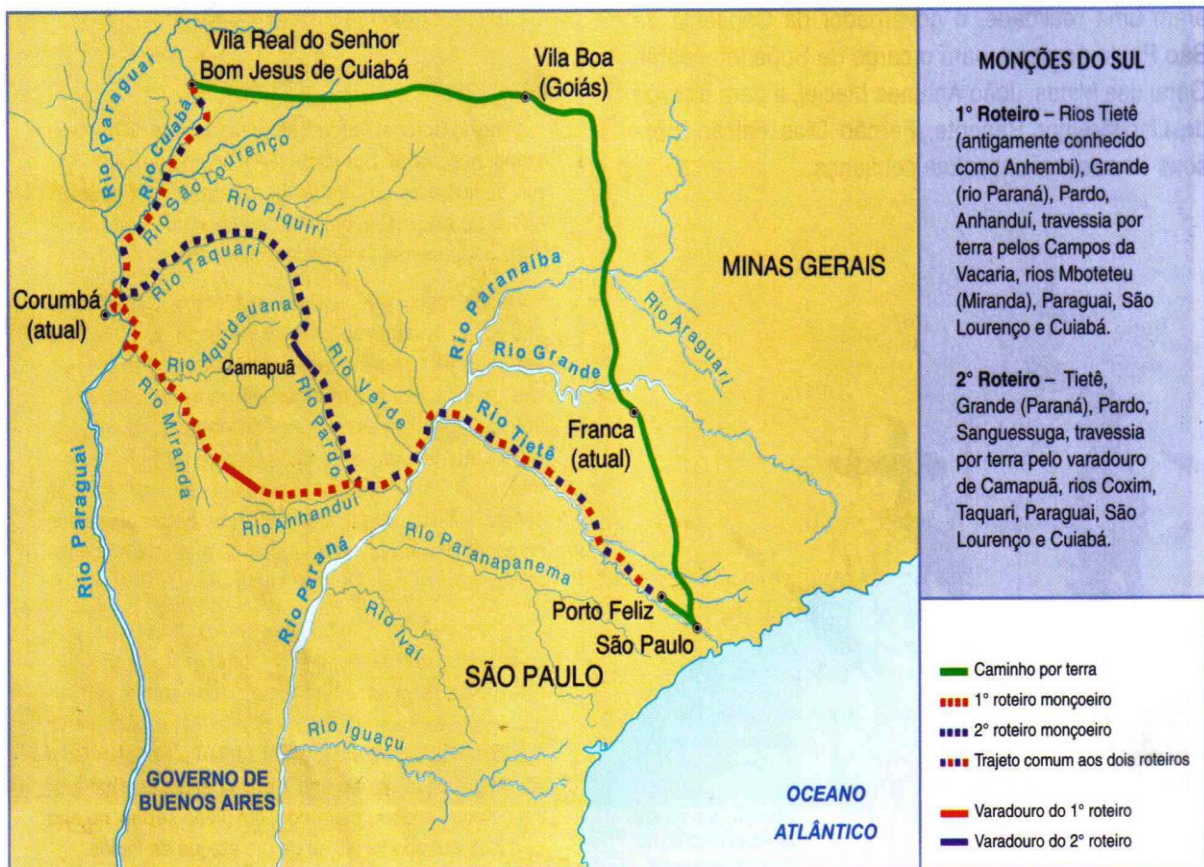
O município foi um dos primeiros núcleos urbanos do interior do estado paulista, sendo sua fundação datada de 1610, época em que os bandeirantes estavam a desbravar o estado para “[...] aprisionar índios não somente para utilizá-los nos seus trabalhos, mas, principalmente, para vendê-los como mão-de-obra para as capitanias [...]” (SIQUEIRA, 2009, p. 4), diferentemente da história contada nas escolas primárias, sendo no caso, através do rio Tietê, rio que cruza o município estudado.

Em começo do anno 1610 Domingos Fernandes e seu genro Christovam Diniz, deixando a villa de Parnahyba onde residiam com os seus, vão aos campos do Pirapetinguy e no lugar denominado Ytú-guassú, lugar assim denominado porque dahi, partindo da estrada das monções seguia o caminho dos índios que ia ao grande salto do antigo Anhemby, e ahi, no entrocamento desses dous caminhos, levantaram uma capela dedicada a Nossa Senhora da Candelária [...] Foi, portanto a capella fundada por Domingos Fernandes a verdadeira origem da actual cidade de Ytu. (NARDY FILHO, 1999, p. 34 – 35)

Estas expedições ao interior do estado criavam pontos de paradas que serviam como locais para abastecimento de comida, armas etc., e estas, posteriormente, dariam início a vários municípios, como o caso de Itu, ficando conhecidas como *Monções* (Figura 5), que conforme explana Siqueira (2009, p. 7),

[...] os bandeirantes paulistas [...] chegaram a pé ou através de pequenas embarcações, utilizando-se da imensa rede hidroviária que drena o centro do continente. No momento em que a mineração floresceu, [...] nasceu ali um arraial onde foram construídas casas, igrejas, estabelecido pequeno comércio, tornando-se necessário regularizar o abastecimento [...] A esse sistema abastecedor e de transporte de pessoas, implementando exclusivamente através dos rios, deu-se o nome de monções.

Figura 5 – Monções do Sul



Fonte: Medeiros (2009)

Seguindo a evolução, em 1653 é elevada à *freguesia* devido o aumento de seu território e população, servindo como local comercial para os bandeirantes que continuavam viagem para o interior. Em 1657 atinge o grau de *vila*, tendo ainda a economia apenas voltada ao movimento das bandeiras, desvinculando disto em

1780 com o início do plantio da cana-de-açúcar. Em 1842 é elevado novamente, desta vez para a condição de *cidade*, no qual perpetuou seu novo nome “Itu”, adaptado de “*Utu-guaçu*” e “*Ytu-guaçu*” (NARDY FILHO, 1999). Para um melhor entendimento da designação de território citado, Debret (1970, p. 202 – 203) separou como

Freguesia – [...] categoria oficial institucionalmente reconhecida a que era elevado um povoado quando nele houvesse uma capela curada ou paróquia na qual pudesse manter um padre à custa destes paroquianos, pagando a ele a cóngrua anual [...]

Vila – [...] unidade político-administrativa autônoma equivalente a município, trazida de Portugal para o Brasil no início da colonização [...] termo empregado em substituição à município, pois este não podia ser empregado na colônia, ou seja, em terras não emancipadas.

Cidade – Título honorífico concedido, até a Proclamação da República, pela Casa Imperial, a vilas e municípios, sem nada acrescentar à sua autonomia; a partir da Constituição de 1891 este poder é delegado aos Estados, que podem tornar cidade toda e qualquer sede de município; nome reconhecido legalmente para as povoações de determinada importância.

Itu, mesmo com falta de água para abastecimento público devido ao mau planejamento desde início do século XIX, o que refletiria em certa estagnação em seu desenvolvimento e na economia na época, viria ser considerado nas décadas posteriores como o município mais rico de São Paulo devido o início do cultivo da cana-de-açúcar e em seguida o cultivo do café, sendo também palco de importantes questões políticas e econômicas comentados no item 1.2 do trabalho. Esta alavancada do município ocorreu no final do século XIX e começo do século XX, porém passou a perder tal importância na metade do século XX com a diminuição das plantações cafeeiras.

Dous ribeiros que marginam as encostas da suave colina serviam para abastecer de água a população [...] porém, o desenvolvimento da população, que ia se estendendo pela parte mais alta do lugar, veio, aos poucos, trazendo a falta de água no início de 1800 [...] (NARDY FILHO, 1999, p. 209)

A diminuição do cultivo do café, base da economia do município até então, se deu pela substituição desta pela industrialização, tendência de muitos municípios na época. Este fator fez com que o processo de urbanização de Itu acelerasse,

acarretando problemas de um mau planejamento que refletem na vida do ituano até hoje, pois a atratividade de empregos gerou o aumento da população em um território que, como mencionado no parágrafo anterior, encontrava problemas desde séculos passados no abastecimento público de água, por exemplo.

[...] acompanhando o processo de crescimento acelerado da região que recebia a cada ano um contingente maior de atividades industriais e comerciais devido à adoção de uma política de desenvolvimento econômico e geração de empregos, a população de Itu começa a crescer consideravelmente e de forma acelerada [...] e, com ela, se intensificaram diversos problemas, o principal deles foi a falta de água. (RODRIGUES, 2010, p. 13)

A população do município atualmente é de 165.366 pessoas, distribuídas em um território com 639,578 quilômetros quadrados (densidade demográfica de 211,51 habitante por quilômetro quadrado), em meio ao bioma de Mata Atlântica. Dados mais precisos mostram que 148.942 da população total é urbana enquanto que 16.424 é rural; e 82.374 são homens enquanto 82.992 são mulheres (IBGE, 2010).

Ao continuar a analisar dados do IBGE (2000, 2006 e 2010), percebe-se que as atividades melhor desenvolvidas do município estão relacionadas ao setor industrial, comercial, agropecuário e de extração mineral – devido à importante formação geológica da região que apresenta o chamado varvito “[...] do Subgrupo Itararé (Permo-Carbonífero) [...] ritmito constituído por sucessão regular de pares de litologias [...]” (CAMPOS, 2002, p. 147), sendo por muito tempo utilizado nas construções civis – entendendo que mesmo com o potencial que o município apresenta para o desenvolvimento da atividade do turismo e excursionismo nos setores histórico, religioso, cultural, geológico e natural / rural, este não se mostra como um ponto forte da economia local, mesmo que os dados apresentem um crescimento na demanda de turistas, evidenciando a falta de uma política municipal que melhor aproveite tal potencial encontrado no centro histórico da cidade e nas imediações do município.

3.2 ATRATIVOS DO MUNICÍPIO DE ITU – SP

O município de Itu possui diversos atrativos para os excursionistas, assim como turísticos, subdivididos em histórico, religioso, cultural, geológico, natural / rural

e o chamado “turismo do exagero”. Entre os citados, apenas os atrativos natural e rural encontram-se em área diferente que a do centro da cidade, e são principalmente estes que atraem os turistas ao município, enquanto os outros são responsáveis em maior parte pela atração dos excursionistas.

Neste subcapítulo será decorrido, segundo diversos autores, um pouco da história e informações sobre os atrativos, mas, tendo como base, a leitura de Nardy Filho (1999).

3.2.1 Os Atrativos Históricos

Os atrativos históricos são evidenciados com as antigas construções, observando, como exemplo, a Casa Imperial (Figura 6), que hospedou em 1884 a princesa Isabel e seu marido Conde Deu, motivo pelo qual o casarão adquiriu o título. O local apresenta calçamento original da época, de varvito e granito, e a praça à sua frente, além do Cruzeiro de São Francisco, possui o busto do príncipe D. Pedro I, evidenciando a importância histórica do local e mostrando o motivo de ser explorada por turistas e excursionistas.

Figura 6 – Casa Imperial



Fonte: Barros (2007)

O Cruzeiro de São Francisco (Figura 7) é um monumento erguido pela Ordem Franciscana entre os séculos XVII e XVIII, sendo a única memória ainda existente do conjunto formado pelas edificações da Igreja São Luis de Tolosa, do Convento e

da Igreja de São Francisco da Ordem Terceira, destruídos por um grande incêndio na primeira década do século XX. Está localizado na praça D. Pedro I, conhecida popularmente como Largo São Francisco, sendo utilizada na época como local de manifestações coletivas dos escravos negros como citam Nogueira, Silveira e Nogueira (2008, p. 19):

[...] a partir de 1830, alguns senhores começam a permitir publicamente as congadas, os caiapós e batuques. O espaço central para essas manifestações é o pátio de São Francisco, local onde se encontrava o santo negro São Benedito e a irmandade católica dos negros em torno desse santo.

Figura 7 – Cruzeiro de São Francisco



Fonte: Barros (2007)

A Fábrica São Luiz (Figura 8) abrigou a primeira fábrica de tecidos movida a vapor do estado de São Paulo, inaugurada em 1869 e fechada na década de 1980, sendo um dos poucos locais aproveitados para a prática do turismo e excursionismo, sendo utilizado atualmente como um espaço cultural destinado para exposições temporárias e realização de eventos.

A Fábrica São Luís, fundada em 1869, figura como a primeira tecelagem a funcionar no Estado de São Paulo e a utilizar a energia a vapor. Surgiu por iniciativa de um grupo de fazendeiros de café e algodão, entre eles, o coronel Antonio Luís de Anhaia e o capitão

Antonio Paes de Barros. Em 1888, após passar por diversos proprietários, a fábrica foi adquirida pela família Pacheco Jordão e desativada em 29/9/1982. A edificação, assobradada em alvenaria de tijolos, foi construída em duas etapas, com pequenos acréscimos posteriores. Na primeira, de 1869, o tratamento da fachada é convencional e simplificado, com janelas de vergas retas, em madeira e vidro. Na segunda etapa, de 1895, apresenta janelas de vergas em arco pleno, além da introdução de linhas horizontais salientes em argamassa, definindo os pavimentos, e outras, na parte superior das janelas, valorizando-as. (CONDEPHAAT, 2014, s/p)

Figura 8 – Fábrica São Luiz



Fonte: Barros (2007)

O Espaço Cultural “Almeida Júnior” (Figura 9), datada de 1858, abrigou por muitos anos o grupo escolar Cesário Motta, sendo também aproveitado nos dias de hoje pelo turismo e excursionismo, apresentando diversas atividades culturais. O Museu da Energia (Figura 10), marco da arquitetura urbana de Itu, pertenceu em 1865 ao Tenente Antônio Correa Pacheco e Silva e posteriormente foi doado à Fundação do Patrimônio Histórico e da Energia do Estado de São Paulo (AFPHESP). Há também o Museu Republicano “Convenção de Itu” (Figuras 11 e 12), de 1867, onde foi realizada a reunião do Partido Republicano Paulista conhecida como Convenção de Itu que marcou transição de poderes e forças, resultando na proclamação da república e posteriormente na posse de Prudente de Moraes sobre a presidência do país.

O que sobressai, mais visível, na história cultural dos anos 1850 – 1930, é a Convenção Republicana de Itu, realizada em 1873. A convenção dos clubes republicanos passou a ser um acontecimento fundamental da história política da cidade, mostrando como Itu se ligou a história da luta dos republicanos contra a monarquia [...] (IANNI, 1996, p. 64)

Figura 9 - Espaço Cultural “Almeida Júnior”



Fonte: Barros (2007)

Figura 10 – Museu da Energia



Fonte: Barros (2007)

Figura 11 – Museu Republicano
“Convenção de Itu”



Fonte: Barros (2007)

Figura 12 – Parte interna do Museu Republicano “Convenção de Itu”



Fonte: Barros (2007)

O Instituto Borges de Artes e Ofícios (IBAO), inaugurado em 1924 (Figura 13), está localizado na Praça Conde do Parnaíba. Esta praça representa bem a idade que possui devido a árvores de grande porte espalhadas por toda ela, além das edificações ao seu redor que retratam os séculos XIX e XX e calçadas de varvito que eram utilizadas antigamente na região.

Figura 13 – Instituto Borges de Artes e Ofícios (IBAO)



Fonte: Barros (2007)

O Mercado Municipal (Figura 14) foi inaugurado em 1905. Este atrativo talvez seja um dos poucos que retratam a parte de pessoas com baixa renda da época, como será perceptível na descrição dos atrativos, pois a maioria das construções tombadas e que constituem o centro histórico retratam a riqueza e o poder que foram gerados naqueles séculos, sendo também esta construção não muito visitada ou procurada por turistas e excursionistas, pois até hoje o local concentra camadas mais “populares” dos ituanos. Na época, o local era utilizado como zona de prostituição, fazendo com que as famílias evitassem morar próximas dali. Entretanto, esta localidade foi usada como residência por afro-brasileiros que migravam do meio rural para o urbano, fazendo com que ali tenha tido a maior concentração de negros e também de famílias pobres, sendo um lugar que evidencia a história das pessoas mais pobres, apresentando construções relativamente simples, porém não menos importantes, comparadas ao resto do centro (NOGUEIRA, SILVEIRA e NOGUEIRA 2008).

Figura 14 – Mercado Municipal



Fonte: Barros (2007)

E por fim há o Regimento Deodoro (Figura 15), antigo colégio São Luis, fundado em 1867 por padres da Companhia de Jesus, vindos de Roma, que funcionou até 1917, sendo utilizado até os dias de hoje pelo exército.

Figura 15 – Regimento Deodoro



Fonte: Barros (2007)

3.2.2 Os Atrativos Religiosos

Os atrativos religiosos, também localizados na região central e em sua maioria “vizinhos” dos atrativos históricos, são percebidos principalmente por igrejas, como a Igreja Matriz Nossa Senhora da Candelária (Figura 16), de estilos Barroco e Rococó, tida como uma das mais tradicionais igrejas da cidade. A Igreja Matriz foi inaugurada no começo do século XVII mas foi transferida no final do século XVIII para o lugar no qual permanece até hoje, a Praça Padre Miguel, continuando a simbolizar a fundação da cidade de Itu, atraindo turistas e excursionistas. Um século mais tarde seria erguido no local do marco zero que antes abrigava a Igreja Matriz, a Igreja do Bom Jesus (Figura 17).

A primeira povoação que deu origem à cidade de Itu, fundada por Domingos Fernandes, por volta de 1610, desenvolveu-se ao redor da Igreja do Senhor Bom Jesus, originalmente Capela de Nossa Senhora da Candelária. Recebeu provisão no ano de 1644 e, em 1653, foi elevada à categoria de Capela Curada. Quatro anos depois tornou-se paróquia, subordinada à de Parnaíba. O edifício começou a sofrer transformações arquitetônicas praticamente a partir da conclusão das suas obras. Entre os anos de 1763 e 1769, foi reconstruída e acrescida de um sobrado lateral para zeladoria. Por volta de 1828, seu frontispício, com campanário, foi substituído por outro em estilo neoclássico, sem torre. Apesar de manter algumas características barrocas, são as neoclássicas que se sobressaem. Em seu interior, destaca-se o rico trabalho em talha no retábulo da capela-mor. (CONDEPHAAT, 2014, s/p)

Figura 16 – Igreja Matriz Nossa Senhora da Candelária



Fonte: Barros (2007)

Figura 17 – Igreja do Bom Jesus



Fonte: Barros (2007)

Há também a Igreja Nossa Senhora do Patrocínio (Figura 18), inaugurada em 1819, tendo parte de seus prédios hoje utilizados por diversos tipos de comércios, como o colégio particular *Voiron Objetivo* e também a faculdade CEUSNP, assim como a Igreja Santa Rita (Figura 19), que mantém a arquitetura original desde a sua inauguração em 1728, sendo um dos prédios mais antigos do centro urbano

(NARDY FILHO, 1999). Está localizada ao lado do Mercado Municipal fazendo com que não seja procurada por turistas e excursionistas devido à simbologia ali criada, como foi mencionado, pois era onde as famílias mais pobres e os antigos escravos negros passaram a morar, se mantendo até hoje como área de menor renda, fazendo com que o local acabe por não ser um atrativo para os próprios moradores da cidade e isto faz com que o ponto não seja indicado ou mencionado aos visitantes. Ao seu redor encontram-se vendedores ambulantes, lanchonetes e um trânsito considerável de pedestres devido à proximidade de pontos de ônibus utilizados como terminais, mantendo forte fluxo desde meados do século XIX, sendo uma “[...] Relíquia de um passado extinto [...] É por um milagre que ela está lá, de pé [...]” (ZINI, 1995, p. 217). E por fim, há a Igreja Nossa Senhora do Carmo (Figura 20), situada na Praça da Independência e construída em 1719, abrigando em sua estrutura um antigo convento, onde hoje funciona outro colégio particular. Sua praça é uma das mais movimentadas da cidade, onde ocorrem eventos como *shows*, festas tradicionais e feiras artesanais, sendo ali também localizada a Secretaria Municipal de Turismo.

Figura 18 – Igreja N.S^a. do Patrocínio



Fonte: Barros (2007)

Figura 19 – Igreja Santa Rita



Fonte: Barros (2007)

Figura 20 – Igreja Nossa Senhora do Carmo



Fonte: Barros (2007)

Também ocorrem dois outros atrativos religiosos que são eventos anuais, a Romaria – de caminhantes, charreteiros, cavaleiros etc. – e os tapetes feitos pelo centro da cidade em comemoração ao dia de Corpus Christi (Figura 21). Estes dois eventos atraem turistas e excursionistas, pois as romarias trazem devotos de diversas cidades que pernoitam no município para descansar e continuar a jornada, e os responsáveis pelos tapetes muitas vezes contam com religiosos de outras localidades para montar os mesmos logo cedo no dia de Corpus Christi, permanecendo de um dia para outro para o evento.

Figura 21 – Tapetes de Corpus Christi



Fonte: Barros (2007)

A Romaria faz parte do plano regular do Estado de São Paulo que cria circuitos turísticos, elaborando no caso o Roteiro dos Bandeirantes que abrange as cidades de Araçariguama, Tietê, Porto Feliz, Itu, Salto, Cabreúva, Pirapora do Bom Jesus e Santana de Parnaíba.

[...] O roteiro é baseado no agrupamento dos atrativos ligados à temática bandeirista, somado às facilidades e acessos aos municípios integrantes, originando um produto diferenciado e com maior valor agregado. [...] O legado histórico e cultural remanescente do período bandeirista é o elemento orientador do roteiro. Os municípios envolvidos nesse projeto tiveram forte influência do bandeirismo e, em decorrência, conservam um importantíssimo patrimônio histórico e cultural que, atualmente, auxilia na interpretação do passado nacional por meio do turismo. [...] O roteiro foi implementado em decorrência do Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil. Chancelado pelo Governo do Estado de São Paulo em novembro de 2003, o Roteiro dos Bandeirantes atingiu um dos principais objetivos da regionalização, diversificou a oferta turística nacional. Perpassando três regiões turísticas, o roteiro contempla os segmentos do turismo cultural e do ecoturismo, sendo trabalhado para o consumo no mercado nacional. (GAVIOLLI, 2008, p. 410)

3.2.3 O “Turismo dos Exageros”

Seguindo com os símbolos turísticos da região central do município, temos o chamado “turismo dos exageros”, título recebido pela cidade devido o humorista Francisco Flaviano, o *Simplício* da extinta TV Tupi (ver também item 1.2 do trabalho), evidenciados pelo Orelhão de Itu (Figura 22), cedido pelo ex-ministro das Comunicações, Higino Corsetti, e instalado pela TELESP em 1973, na Praça da Matriz, com sete metros de altura; o Semáforo Gigante (Figura 23), localizado na mesma praça que a do Orelhão, criado originalmente na década de 1970 e reformado da década de 1980, o qual funciona até os dias de hoje sinalizando o trânsito em frente a Igreja Matriz Nossa Senhora da Candelária; e as lojas de *souvenirs* voltadas ao comércio de objetos em tamanhos proporcionais ao título da cidade (Figura 24).

Figura 22 – Orelhão de Itu



Fonte: Barros (2007)

Figura 23 – Semáforo de Itu



Fonte: Barros (2007)

Figura 24 – Souvenirs de Itu



Fonte: Barros (2007)

O turismo “dos exageros” é o turismo mais importante da Estância Turística de Itu devido à forte atração de turistas, que visitam à cidade em busca de objetos gigantes espalhados pelo centro, e que acaba por “encobrir” o restante dos atrativos turísticos que localizam-se em torno destes devido ao fascínio que provoca nas pessoas, “cegando” os mesmos, pois estes em sua maioria procuram novos tipos de turismo, acabando por achar monótonos a visitação às antigas construções e as igrejas, por exemplo, descartando a possibilidade de aprenderem sobre estas, sua história e cultura. Estes atrativos foram evidenciados através de estratégias de

marketing, a partir do quadro do artista *Simplício*, conforme explica Debord (2003, p. 150):

[...] o papel da mídia e da comunicação de massa, entre outros elementos, com aporte da tecnologia, fazem com que haja uma visibilidade maior e alguns elementos se tornem espetáculos prioritários das paisagens no centro das cidades antigas. O que resulta numa imagem instrumentalizada do local, direcionada aos olhos do turista, como também sobre o ideário de cidade da própria população.

3.2.4 Os Atrativos Naturais

Os atrativos naturais são percebidos, principalmente, pela conservação do solo da região em um determinado local que apresenta o tipo de rocha chamada varvito, e por um trecho de reserva natural de Mata Atlântica. Este tipo de conservação “natural” é uma prática que teve início no final do século XX e meados do século XXI, pois a percepção de fragmentos da natureza que passavam a ser protegidos no estado de São Paulo nesta época eram entendidos como forma de visualização da história e cultura ali gerada (SCIFONI, 2012).

O Parque do Varvito (Figura 25), monumento geológico inaugurado em 23 de julho de 1995 e tombado pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Turismo do Estado de São Paulo (Condephaat), foi construído numa área de uma antiga pedreira. Varvito é o nome utilizado pelos geólogos para denominar um tipo de rocha sedimentar única, formada pela sucessão repetitiva de lâminas ou camadas, cada uma delas depositada durante o intervalo de um ano (CAMPOS, 2002). O tombamento desta pedreira teve a justificativa analisada por Scifoni (2012, p. 176), pois o “[...] papel dessa natureza na formação histórica do território [...] é reconhecida como de valor em função dessa rocha fazer parte intrínseca da história das construções da cidade [...]”.

O varvito é uma rocha de origem sedimentar glacial ou lacustre, composta por uma sucessão de camadas argilosas e siltosas, de coloração diferenciada ligada à variação sazonal. Sua estrutura indica uma ritmicidade entre siltitos cinza claros e folhelhos mais escuros, com maior porcentagem de matéria orgânica, resultado da oscilação entre épocas frias e quentes. Os varvitos de Itu, localizados na Chácara da Pedreira, são característicos da formação Itararé, Grupo Tubarão, formados entre o período carbonífero superior e o permiano médio, de 270 a 350 milhões de anos. As camadas

delgadas se alternam em espessuras que variam desde poucos milímetros a vários centímetros, tornando o varvito um tipo de rocha de beleza original, muito utilizado como revestimento de piso em residências. A área tombada corresponde a uma antiga pedreira desativada, de onde era extraída a rocha. (CONDEPHAAT, 1974, s/p)

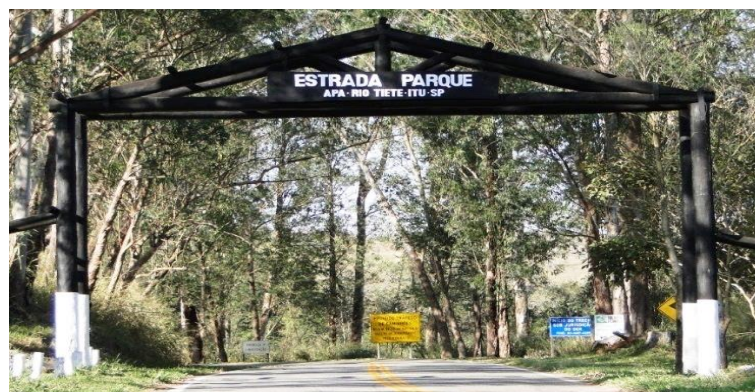
Figura 25 – Varvito de Itu



Fonte: Barros (2007)

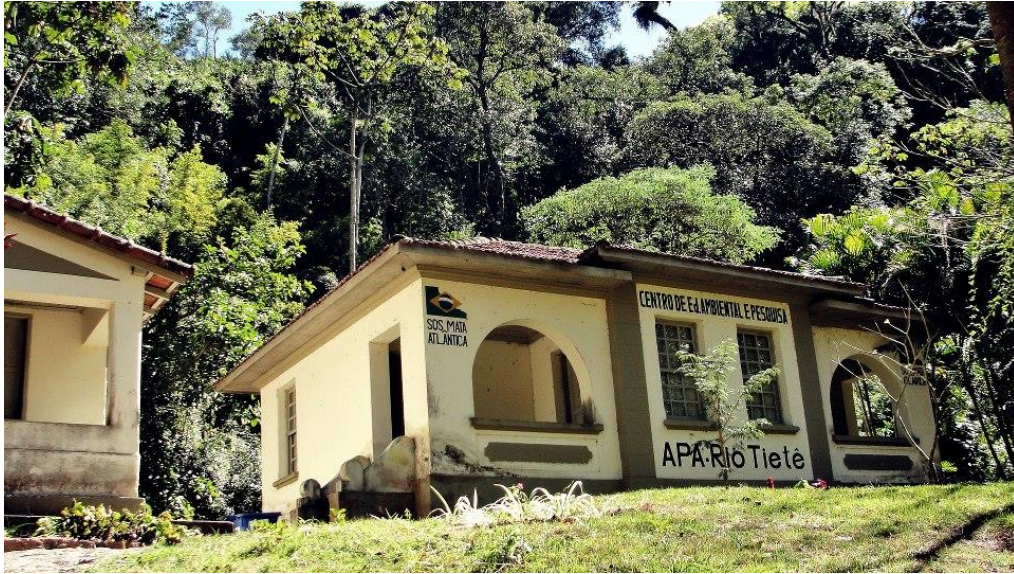
A Estrada Parque (SP-312), denominada Rodovia dos Romeiros (Figura 26), teve sua inauguração em 01 de maio de 1922. Esta estrada acompanha o rio Tietê desde o município de São Paulo, passando por reservas da Mata Atlântica. Sua beleza e história trouxe a necessidade de tombá-la, pois traça a rota percorrida pelos bandeirantes (vide citação no subcapítulo 3.2.3), gerando um atrativo turístico natural com a denominação de Estrada Parque, atendendo as exigências do excursionismo por englobar lazer, conservação e cultura. Esta estrada está inserida na APA Rio Tietê (Figura 27) desde 1991 (GODOY, 2002).

Figura 26 – Estrada Parque de Itu



Fonte: Barros (2007)

Figura 27 – Centro de Educação e Pesquisa APA – Rio Tietê



Fonte: o próprio autor (2012)

O turismo rural é evidenciado pelos inúmeros campings encontrados no município, restaurantes rurais em antigas fazendas, eventos esportivos (normalmente realizados por cursos de universidades) pelo território etc., frequentemente vistos em cidades interioranas que apresentam topografia e paisagem que diferem dos grandes centros urbanos, tornando-se atrativas, como o município de Itu apresenta.

3.3 SUGESTÕES PARA MELHORIA DO CENTRO URBANO PARA VISITAÇÃO

A ausência de um planejamento adequado que acompanhasse o crescimento da cidade de Itu desde os tempos dos bandeirantes trouxe diversos problemas ao se observar o centro histórico e cultural do município, apresentando degradações principalmente no patrimônio histórico, na qual a nova ocupação do local, especialmente por comércios em geral, fez com que antigas fachadas de prédios de séculos passados fossem alteradas sem seguir uma padronização correspondente à conservação da história ali existida.

A partir desta observação tida ao vivenciar o território durante sete anos e pelo conhecimento obtido ao estudar Geografia na Universidade Estadual de Londrina, adquirindo uma visão mais crítica, no caso voltada ao planejamento e ao turismo, cita-se algumas sugestões para a melhoria do centro urbano, criadas pelo

autor, para este melhor atender o turismo e o excursionismo, tornando a cidade mais atrativa e destacando as potencialidades e os atrativos existentes nas diversas formas apresentadas nos tópicos decorridos, pois o turismo e excursionismo no município de Itu é quase que apenas percebido segundo o “turismo dos exageros” devido a maior abordagem deste pela mídia, fazendo com que outros recursos praticamente fiquem despercebidos pelo visitante.

1) Planejamento:

- Readequar o planejamento do centro histórico, elaborando um diagnóstico com as seguintes definições:

- a) Potencialidades dos imóveis para a definição correta de seu uso (comércio, serviço, lazer ou habitação);
- b) Criar perfis dos usuários que utilizam o centro histórico a fim de entender a distribuição citada no item “a”;
- c) Melhoria de acesso e circulação de pedestres, como por exemplo, a implementação de um calçadão em uma das mais importantes ruas comerciais do centro, Rua Floriano Peixoto;
- d) Realocação de comércios não adequados ao centro histórico para o bairro comercial criado pela Prefeitura que não foi bem aceito pelos comerciantes.

2) Cultura

- a) Criar roteiros e atratividades em quadras, praças e vielas “ociosas” – como as oficinas ocorridas no XX Festival de Artes de Itu ocorrido em 2013 que incentivou diversas atrações em vielas do centro histórico, como “*grafite*” em painéis que ali ficaram expostos (ITU, 2013) – para que haja circulação nos mesmos;
- b) Estabelecer e restaurar fachadas de prédios para a criação de uma identidade visual;
- c) Reformar calçadas e planejar uma arborização nas mesmas compatível ao local para melhoria da qualidade visual do centro;
- d) Retornar o uso do paralelepípedo em vez do asfalto em todo o centro histórico, retornando à identidade da época de criação desta área e refletindo em uma melhor área de absorção de água pluvial, problema encontrado no local em dias de fortes chuvas com alagamentos e formação de corredeiras em diversas ruas;

e) Utilizar áreas históricas para reprodução cultural – exposições, teatros, mostra de música etc. –, como é feito em alguns imóveis que foram restaurados (como a antiga Fábrica São Luiz que é utilizada como museu de diversas atividades culturais, principalmente exposições de artes e mostras gastronômicas).

3) Transporte

a) Melhorar o transporte público da cidade;

b) Aperfeiçoar a acessibilidade ao centro, criando áreas próprias para estacionamento para que as ruas tenham menor ocupação de carros estacionados e assim, melhorando o trânsito, pois o antigo traçado urbano possui ruas e calçadas estreitas, não suportando o contingente de carros que ali transitam e estacionam;

c) Criar um novo traçado viário, como o projeto de um calçadão, ampliando a área de locomoção de pedestres que muitas vezes ficam coagidos com o grande número de carros que ali transitam em ruas estreitas devido ao traçado urbano antigo;

d) Incluir adequação para deficientes físicos, inexistente devido prioridade aos carros;

4) Segurança

a) Melhorar a segurança pública;

b) Posicionar policiamento adequado à conservação do patrimônio muitas vezes vandalizados, trazendo maior segurança para cidadãos locais e/ou turistas e excursionistas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Itu possui atualmente um significativo acervo arquitetônico do período Imperial e início da República brasileira, com diversos edifícios tombados, apresentando patrimônio histórico e cultural de séculos como XVI, XVII e XVIII que contam não só a história tida na região, mas também parte da história do território brasileiro devido a importantes eventos ali ocorridos que influenciariam na colonização do país. Com este patrimônio arquitetônico, entende-se que o mesmo pode ser visto como uma considerável potencialidade para um futuro desenvolvimento sócioeconômico da comunidade local.

Visto que o patrimônio histórico e cultural existente no município é um atrativo para atividades relacionadas ao turismo e excursionismo e uma possibilidade de melhoria nas condições de vida da população local, entende-se que se deve iniciar um processo de planejamento que estabeleça bases para uma utilização da forma mais coerente possível e voltada à conservação do mesmo.

No intuito de utilizar o acervo de uma maneira que garanta a conservação e que esteja sob o controle da comunidade, deve-se partir rumo a um planejamento urbano que realce a participação popular e que valorize a atividade do turismo. Torna-se então importante frisar que o patrimônio histórico e cultural não deve ser encarado apenas como uma fonte direta de renda, mas sim como suporte para futuro desenvolvimento de atividades que se relacionem com a utilização da paisagem, como atividades relacionadas ao turismo cultural, por exemplo. Assim, a proposta de conservação e utilização dos patrimônio histórico e cultural, ligada à atividade do turismo, terá como meta garantir sua existência como uma paisagem urbana atrativa que pode trazer frutos para a sociedade local, procurando utilizar a mesma mantendo suas formas, mas com novas e variadas funções.

Com o objetivo de conservar o patrimônio histórico e cultural arquitetônico do município, em 2003 o centro histórico do município foi tombado pelo CONDEPHAAT, pois representa conjuntos arquitetônicos de considerável importância para entender da realidade cultural brasileira, sobretudo a formação histórica do Estado de São Paulo, como já escrito. Porém esta ação tomou um caráter burocrático em vez de algo efetivo, pois nada concreto foi realizado para a manutenção do acervo arquitetônico existente à longo prazo. Somente algumas ações como

embelezamento, higienização e pequenas manutenções foram efetuadas em certo momento.

Mesmo após o tombamento dos imóveis da área central, alguns deles não resistiram e sucumbiram perante diversos interesses, normalmente particulares, já que os órgãos responsáveis atuaram de forma não eficaz. Muitos imóveis passaram por descaracterizações, degradando o potencial de paisagem. Mas, apesar de algumas degradações sofridas, o conjunto arquitetônico existente em Itu, somado aos atrativos do turismo “do exagero”, são os principais chamarizes da cidade. Diversas festas que ocorrem em Itu só possuem notoriedade por estarem sendo realizadas juntamente ao centro histórico. A arquitetura e as festas são muito ligadas devido ao cenário que os objetos e construções antigas criam perante os visitantes.

No entanto, a ausência de um processo de planejamento juntamente com a falta de consciência por parte da população faz com que o patrimônio histórico e cultural seja tratado com certo descaso. Esta não correspondência entre elementos assegurados pela política voltada ao patrimônio e o reconhecimento do valor destes pela população local se dá pela contínua descaracterização do sítio histórico, percebida por atos de depredação como alterações de fachadas por comércios indevidos, pichamento, mudanças estruturais impostas pela mobilidade e tráfego de um número cada vez maior de veículos automotores em uma planta estrutural não correspondente aos dias de hoje.

Outra medida que ocorreu para o desenvolvimento do município e a conservação do patrimônio histórico e cultural, isto em tempos mais antigos que o de tombamento praticado pelo CONDEPHAAT, foi a transformação do município em Estância Turística do Estado de São Paulo, em 1979. Semelhante ao processo de tombamento, também foi voltado para uma lógica burocrática, pois em termos práticos até o momento não tem contribuído com o município que apresenta falta de infra-estrutura, falta de mão-de-obra especializada e o mais importante, falta de uma política efetiva que favoreça a introdução da população local neste processo de desenvolvimento de atividades relacionadas ao turismo.

Itu, sendo um município relativamente pequeno, é uma cidade que conserva diversas obras e acervo histórico cultural que datam desde o período Imperial. Com isso, fica necessário para o desenvolvimento da cidade juntamente com a conservação de suas características cotidianas, a utilização simultânea da prática de conservação de seu patrimônio histórico e cultural.

Muito ainda precisa ser feito para que o planejamento da atividade do turismo seja melhor efetivada no município, respeitando a arquitetura e aplicando esta forma alternativa de dinamismo econômico. Isto acontecerá com a valorização da população, que necessita se sensibilizar de que o patrimônio de Itu são formados por bens e valores culturais que devem ser conservados para a compreensão do presente e conhecimento do passado, pois esta consciência de conservar o centro histórico, assim como todo acervo cultural ainda presente no município, evidenciará a relação de qualidade de vida baseada numa exploração econômica adequada dos atrativos sem que haja necessidade de se alterar a planta e as edificações da região central.

O patrimônio histórico e cultural deve ser tratados como uma parte da história e da vida do município e da população, tomando diversos cuidados para não perdê-lo, pois afinal, nas formas e características expressas por tais antiguidades estão saberes e lembranças de um tempo que não volta mais, a não ser através de seu estudo.

BIBLIOGRAFIA

BARROS, Fábio. **Cidade 3D**. 2007. Disponível em: <<http://www.panoramio.com/user/202774>>. Acesso em: 19 set. 2014.

BARRETO, Margarita. **Turismo e Legado Cultural**. Campinas, SP: Papirus, 2000.

BENI, Mario Carlos. **Análise Estrutural do Turismo**. 3ª ed. rev. e ampl. São Paulo, SP: Senac, 2000.

BRASILEIRO, Vanessa Borges. A legislação de preservação do patrimônio ambiental urbano: uma abordagem arquitetônica contemporânea. **Cadernos de Arquitetura e Urbanismo**. Belo Horizonte, MG: PUC, v. 8, n. 9, pp. 115 – 146, 2001. Disponível em: <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/Arquiteturaeurbanismo/>>. Acesso em: 05 nov. 2014.

CALVENTE, Maria del Carmen Matilde Huertas; GONCALVES, Martha Augusta (Orgs.). **Turismo em Pequenos Municípios: Jataizinho - PR**. (uma pesquisa do projeto Ternopar). Londrina, PR: Humanidades, 2004. v. 1. 61 p.

CALVENTE, Maria del Carmen Matilde Huertas. **Turismo e excursionismo rural: potencialidades, regulação e impactos**. Londrina, PR: Humanidades, 2005.

CAMPOS, Antonio Carlos de Rocha. Varvito de Itu – Registro clássico da glaciação neopaleozóica. In: SCHOBENHAUS, C.; CAMPOS, D. A.; QUEIROZ, E. T.; WINGE, M.; BERBET-BORN, M. L. C. (orgs.) **Sítios Geológicos e Paleontológicos do Brasil**. 1ª ed. Brasília. Vol. 1: DNPM/CPRM - Comissão Brasileira de Sítios Geológicos e Paleobiológicos (SIGEP). 2002, pp. 147-154. Disponível em: <<http://sigep.cprm.gov.br/sitio062/sitio062.pdf>>. Acesso em: 22 out. 2014.

CERVELLATI, Pier Luigi; SCANNAVINI, Roberto. Bolonha: Porque o Centro Histórico? Pesquisa e Metodologia. In: FORTI, R. (org). **Marxismo e Urbanismo Capitalista**. São Paulo, SP: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979. pp. 119 – 152. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/219504141/FORTI-Reginaldo-Org-Marxismo-e-urbanismo-Capitalista-Sao-Paulo-Livraria-Editora-Ciencias-Humanas-1979>>. Acesso em: 04 nov. 2014

CHOAY, F. **A alegoria do patrimônio**. 3ª ed. São Paulo, SP: UNESP, 2006.

CONDEPHAAT – Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico. **Governo do Estado de São Paulo**: Secretaria da Cultura. Disponível em < <http://www.cultura.sp.gov.br>>. Acesso em: 21 out. 2014.

_____ – Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico. **Tombamento da pedra de varvitos em Itu**. Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico: inscrição nº 1, p. 4. 21/03/1974. Disponível em:<http://www.cultura.sp.gov.br/portal/site/SEC/menuitem.bb3205c597b9e36c3664eb10e2308ca0/?vgnnextoid=91b6ffbae7ac1210VgnVCM1000002e03c80aRCRD&Id=d6587837f06ac010VgnVCM2000000301a8c0_____>. Acesso em: 22 out. 2014.

CORIOLOANO, Luzia Neide Menezes Teixeira. **Turismo de inclusão e desenvolvimento local**. Fortaleza, CE: FENECE, 2003a.

_____, Luzia Neide M. T. Os limites do desenvolvimento e do turismo. Pasos - **Revista de Turismo y Patrimonio Cultural**. Vol. 1. Nº 2, 2003b. p. 161 – 171.

COSTA, Everaldo Batista da. **A dialética da construção destrutiva na consagração do patrimônio mundial: o caso de Diamantina (MG)**. 2009. Dissertação de mestrado em Geografia. Universidade de São Paulo. São Paulo, SP: 2009. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-05022009-150209/pt-br.php>>. Acesso em: 03 nov. 2014.

COSTA, Flávia Roberto. **Turismo e patrimônio cultural: interpretação e qualificação**. São Paulo, SP: Senac São Paulo: Edições SESC SP, 2009.

CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. Políticas públicas de turismo no Brasil: significado, importância, interfaces com outras políticas setoriais. *In*: SOUZA, Maria José de. (Org.). **Políticas públicas e o lugar do turismo**. 1ª ed. Brasília: UnB/MMA, 2002, Vol. 1, p. 25 – 38.

_____, Rita de Cássia Ariza da. **Introdução à Geografia do Turismo**. 2ª ed. São Paulo, SP: Roca, 2003.

DEBORD, Guy. **A Sociedade do Espetáculo**. 2003. Disponível em: <<http://www.cisc.org.br/portal/biblioteca/socespetaculo.pdf>>. Acesso em: 22 out. 2014.

DEBRET, Jean-Baptiste. **Quarenta Paisagens Inéditas do Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná e Santa Catarina**. São Paulo, SP: Companhia Ed. Nacional, 1970.

GAVIOLLI, Rafael Julio. Estudo da promoção turística do roteiro dos Bandeirantes. **Revista Turismo em Análise**. Vol. 19 N° 3. São Paulo. pp. 405 – 423. Dez. 2008. Disponível em: <<http://www.turismoemanalise.org.br/turismoemanalise/article/download/25/26>>. Acesso em: 22 out. 2014.

GODOY, Silvana Alves. **Itu e Araritaguaba na rota das Monções**. 2002. Dissertação de mestrado em Economia. Universidade de Campinas – UNICAMP. Campinas, SP: 2002.

IANNI, Octavio. **Uma cidade antiga**. Campinas, SP: CMU/Unicamp, 1996.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades**. 2014a. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=352390>>. Acesso em: 30 set. 2014.

_____ – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Mapas**. 2014b. Disponível em: <<http://mapas.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 02 dez. 2014.

_____ – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico 2000**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 28 jun. 2014.

_____ – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico 2006**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 27 set. 2014.

_____ – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico 2010**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 30 set. 2014.

IGNARRA, Luiz Renato. **Fundamentos do turismo**. São Paulo, SP: Pioneira, 2001.

IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Carta de Veneza**. 1964. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=236>>. Acesso em: 05 nov. 2014a.

_____. **Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Disponível em: <portal.iphan.gov.br>. Acesso em: 09 jul. 2014b.

ITU. Prefeitura da Estância Turística de Itu. **XX Festival de Artes de Itu**. 2013. Disponível em <<http://www.itu.sp.gov.br/?area=5&id=4346>>. Acesso em: 22 out. 2014.

KERSTEN, Marcia Scholz de Andrade. **Os rituais de tombamento e a escrita da História**. Bens tombados no Paraná entre 1938 – 1990. Curitiba, PR: UFPR, 2000.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Tradução Irene Ferreira, Bernardo Leitão ... [et al.]. 4ª ed. Campinas, SP: UNICAMP, 1996.

LEMOS, Carlos Alberto Cerqueira. **O que é patrimônio histórico**. São Paulo, SP: Brasilienses, 1ª ed. 1981.

MACRUZ. **Histórias de Itu**. 2012. Disponível em: <<http://historiasdeitu.blogspot.com.br/>>. Acesso em: 16 set. 2014.

MARTINS, Érica Mantovani. **Desenvolvimento local e atividade turística em Barreirinhas** – Cidade portal dos Lençóis Maranhenses. Dissertação (Mestrado em Geografia, Meio Ambiente e Desenvolvimento) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, PR: 2008.

MASINA, Renato. **Introdução ao estudo do turismo**: conceitos básicos. Porto Alegre, RS: Mercado Aberto, 2002.

MATHEUS, Carlos Eduardo.; *et al.* **Educação Ambiental para o turismo sustentável**: vivências integradas e outras estratégias metodológicas. São Carlos, SP: RIMA, 2005.

MEDEIROS, A. J. **Brasil: Colônia e Império**. O caminho pelas águas até Cuiabá. 2009. Disponível em: <http://prof.medeiros.zip.net/coloniaimperio/arch2009-03-29_2009-04-04.html>. Acesso em: 02 out. 2014.

MELO, Denise Madsen. Patrimônio e planejamento urbano. **Cadernos de Arquitetura e Urbanismo**. Belo Horizonte, MG: PUC, v. 6, n. 9, pp. 7 – 44, 1998. Disponível em: <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/Arquiteturaeurbanismo/>>. Acesso em: 03 nov. 2014.

MENICONI, Rodrigo. A questão do patrimônio: arquitetura, memória e gestão das cidades. **Cadernos de Arquitetura e Urbanismo**. Belo Horizonte, MG: PUC, v. 6, n. 6, pp. 45 – 58, 1998. Disponível em: <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/Arquiteturaeurbanismo/>>. Acesso em: 03 nov. 2014.

MOESCH, Marutschka Martini. **A produção do saber turístico**. São Paulo, SP: Contexto, 2002.

MURTA, Stela Maris; ALBANO, Celina. **INTERPRETAR O PATRIMÔNIO** um exercício do olhar. Belo Horizonte, MG: UFMG, 2005.

NARDY FILHO, Francisco. **A Cidade de Ytu**. vol. 1, 2ª ed. Itu, SP: Ottoni, 1999.

NOGUEIRA, Claudete de Souza; SILVEIRA, Sylvio F. Batalha; NOGUEIRA, Amauri Tadeu. **Memória afro-brasileira em Itu**. Campinas, SP: Demacamp, 2008.

PAES, Maria Tereza Duarte; OLIVEIRA, Melissa Ramos da Silva. **Geografia, Turismo e Patrimônio Cultural**. São Paulo, SP: Annablume, 2010.

RODRIGUES, Adyr. **Turismo e desenvolvimento local**. 3ª ed. São Paulo, SP: Hucitec, 2002.

RODRIGUES, Murilo Rogério. **A Escassez de Água para Abastecimento Público e seus Reflexos SocioEconômicos no Município de Itu – SP**. Itu, SP: Ottoni, 2010.

SANTANA, Agustín. **Antropologia do turismo**: analogias, encontros e relações. São Paulo, SP: Aleph, 2009.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço – Técnica e Tempo. Razão e Emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996.

SCIFONI, Simone. A desregulamentação do patrimônio natural paulista. *In*: COSTA, E. B.; BRUSADIN, L. B.; PIRES, M. C. (orgs). **Valor patrimonial e turismo**: limiar entre história, território e poder. São Paulo, SP: Outras Expressões, 2012. pp. 173 – 190.

SIMÃO, Maria Cristina Rocha. **Preservação do patrimônio cultural em cidades**. 1ª ed. 1ª reimp. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2006.

SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. **História de Mato Grosso**: Seleção de Conteúdo para o Concurso Público do Governo de Mato Grosso – 2009. Cuiabá, MT: Entrelinhas, 2009.

SOUZA, Marcelo José Lopez. Como pode o turismo contribuir para o desenvolvimento local? *In*: RODRIGUES, A. A. B. (org). **Turismo e desenvolvimento local**. 3ª ed. São Paulo, SP: Hucitec, 2002. p 17 – 22.

ZINI, Angelo. **Ytu**: História de Itu. Itu, SP: Ottoni, 1995.